

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**DOCUMENTO ORIENTADOR PARA A SUPERAÇÃO
DA EVASÃO E RETENÇÃO NA REDE FEDERAL DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

José Henrique Paim Fernandes

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Aléssio Trindade de Barros

DIRETORA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Anna Catharina da Costa Dantas

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

(vago)

COORDENAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

Anna Catharina da Costa Dantas

Cléa Teresa Queiroz

ELABORAÇÃO

Adriana Paula Martins

Ana Carolina Bezerra de Melo Costa

André Marcelo Schneider

Anna Catharina da Costa Dantas

Carla Miranda e Silva Oliveira

Carlos Márcio Viana Lima

Cléa Teresa Queiroz

Clécio Gomes dos Santos

Garabed Kenchian

Julieta Borges Lemes

Luiz Alberto Rezende

Maria Clara Lemos dos Santos

Nilton Nélio Cometti

Silvana Francescon Wandroski

Valéria Cristina Marques

COLABORAÇÃO

*Ademilde Irene Petzold Prado
Adilson de Castro Antônio
Adriana dos Reis Ferreira
Adriano Elias
Alcionir Pazzato Almeida
Aline Cristina de Lima Dantas
Ana Beatriz de Sá Acioli Pires de Moraes
Ana Carolina Simões Lamounier F. dos Santos
Ana Paula Lopes Siqueira
Antônia Lucivânia de Sousa Monte
Araceli Verônica Flores Nardy Ribeiro
Beatriz de Jesus Sousa
Camila Sehnem
Carolina Lobo dos Reis Melo
Christiane Menezes Rodrigues
Claudia Abboud Aranega
Claudia Portela dos Santos
Constantino Isidoro Filho
Daniela Fernandes Gomes
Danielle Juliana Silva Martins
Dayse da Silva Rocha Araújo
Deusulina de Lima Santos
Diana Sampaio Melo Pipolo
Edmilson Leite Paixão
Edvaldo Mesquita Beltrão Filho
Eleonora Ferreira Leal
Eliana Myra de Moraes Soares
Eliene Estevão de Almeida
Eliseanne Lima da Silva
Emmanuele Maria Barbosa Andrade
Eronita Ana Cantarelli Noal
Fátima Bandeira
Fernanda Teixeira Frade Almeida
Francisca Idanésia da Silva
Gilberto Souto
Gilsiane Viana Escobar da Silva
Glória Figueiredo Costa
Heise Cristine dos Santos Aires
Henrique Lopes Gomes
Higor Fernando Arruda Lira
Hildonice de Souza Batista
Iara Mantoanelli
Imaculada Conceição Coutinho Lopes
Ivone Mary Medeiros de Souza
Jairo José Manfio
Janaína Turcato Zanchin
Jandiê Araújo da Silva
Jaqueline Lima da Silva
José Adelmo Menezes de Oliveira
Juàres José Gomes
Katia Costa dos Santos
Laura Maria Andrade de Sousa
Leigh Maria de Souza
Leonice Chaves Vieira
Lígia Souza de Santana Pereira
Lilian Borges Brasileiro
Lívia Santos Simões
Luana Rodrigues de L. Menezes
Luciana Borges de Andrade
Luciano Vitória Barboza
Luciene Fatima de Oliveira Lopes
Lygia Vuyk de Aquino
Manuel Joaquim de Castro Lourenço
Maranei Rohers Penha
Marcelina Teruko Fujii Maschio
Marcelo Simão da Rosa
Márcia Cristina Távora do Nascimento
Marcia Laina da Luz Silveira
Margareth Nunes da Silva
Maria Eliane de O. Vargas
Maria Gorethi A. Reis
Maria Goretti Mesquita Costa Souza
Maria José Aires Freire de Andrade
Maria Lúcia Pessoa Chaves Rocha
Maria Luísa H. de Souza
Maria Soraya P. Franco
Maria Verônica de Medeiro Lopes
Marilane Alves da Costa
Marilene Esquiavoni
Marina Campos Nori Rodrigues
Marlene de Deus Lima
Martha Montenegro
Nadja Maria de Lima Costa
Nair Mendes de Oliveira
Noriel Viana Pereira
Priscila Lopes Roldi Azevedo
Rafaella Cristine da Silva Albuquerque
Reuber Saraiva de Santiago
Ricardo Magalhães Dias Cardozo
Roberto de Queiroz Lopes
Rodrigo Antonio Magalhães Teixeira
Rodrigo E. Schroer
Rosemary Frota Morenz
Sandra Lúcia de Oliveira
Sidinei Cruz Sobrinho
Solange da Costa Fernandes
Sonia Vasconcellos Mendes
Tadeu Lucena da Silva
Teresinha das Graças Lima
Thais Cristina Santana Carneiro
Thiago José Andrade Nascimento
Ulisses Denache Vieira Souza
Valéria Lanna de Castro Santos
Valter Luis Estevam Júnior
Zilda de Brito Lima*

APRESENTAÇÃO

A expansão e a interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal) têm proporcionado, desde 2006, a ampliação física e a democratização da oferta de vagas. Com isso, para fortalecer a ação educacional, torna-se necessário um olhar sobre a qualidade do ensino, o atendimento à diversidade, a permanência e o êxito dos estudantes no processo educativo.

Nesse sentido, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), elaborou um plano de ação composto por sete dimensões que abrangem o entendimento dos fenômenos da evasão e retenção e medidas para o seu combate, a formação de parcerias, o desenvolvimento da pesquisa e inovação, a inserção profissional dos estudantes, a distribuição de cargos e funções às instituições, a capacitação dos servidores e a avaliação de cursos de educação profissional e tecnológica.

Para o desenvolvimento do plano de ação, elaborado em resposta ao Acórdão nº 506, de 2013 (BRASIL, 2013d), do Tribunal de Contas da União (TCU), várias frentes de trabalho foram formadas. No que tange ao entendimento dos fenômenos de evasão e retenção na Rede Federal e à adoção de medidas para o seu combate, foi instituído, por meio da Portaria SETEC nº 39, de 22 de novembro de 2013 (BRASIL, 2013a), um grupo de trabalho, composto por representantes da própria Secretaria e da Rede Federal, com o propósito de sistematizar um Documento Orientador com subsídios para o planejamento de ações para o enfrentamento do fenômeno da evasão e da retenção.

Para a elaboração desse Documento, foram realizadas reuniões presenciais e a distância, oficina com gestores da Rede Federal e pesquisas exploratórias e diagnósticas. As atividades tiveram o objetivo de definir a base conceitual da análise, dimensionar os fenômenos da evasão e retenção, discutir e analisar os dados extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) e categorizar e definir causas da evasão e retenção e medidas para superação, com base na literatura e em diagnóstico realizado pelas instituições que integram a Rede Federal.

A elaboração desse Documento é resultado de um processo coletivo, em que as instituições foram instadas a realizar diagnósticos locais sobre evasão e retenção em cursos técnicos e de graduação, com indicação de causas e medidas de combate, e a participar, por meio do envolvimento direto de representantes, de uma oficina para consolidar uma proposta para o plano estratégico de intervenção e monitoramento para superação da evasão e retenção. Apesar da análise ter se pautado nos cursos técnicos de nível médio e nos cursos de graduação ofertados na modalidade presencial, as orientações apresentadas a seguir devem ser aplicadas a todas as ofertas educacionais das instituições integrantes da Rede Federal.

O documento foi estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, é feita uma contextualização, em que são apresentados um breve histórico, a caracterização, os princípios, os objetivos e a função social da Rede Federal, são descritas as ofertas educacionais realizadas pelas instituições e são discutidos os dados de evasão e retenção na Rede Federal. O segundo capítulo apresenta as bases conceituais relativas à evasão e à retenção, a partir da literatura disponível sobre a temática e que norteiam as propostas estabelecidas para o plano estratégico, objeto do terceiro capítulo.

Assim, esse Documento tem o propósito de orientar o desenvolvimento de ações capazes de ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo formativo oferecido pelas instituições da Rede Federal, respeitadas as especificidades de cada região e território de atuação. Assim, oferecem-se subsídios para a criação de planos estratégicos institucionais que contemplem o diagnóstico das causas de evasão e retenção e a implementação de políticas e ações administrativas e pedagógicas de modo a ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo educativo.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização das instituições que integram a Rede Federal.....	9
Quadro 2 – Alunos evadidos, por tipos de cursos, de ciclos de matrícula iniciados a partir de 2004 e encerrados até dezembro de 2011.	27

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição regional das novas unidades da Rede Federal.	10
Figura 2 – Organização dos níveis e etapas da educação brasileira em articulação com a educação profissional e tecnológica.....	12
Figura 3 – Distribuição de matrículas em cursos ofertados pela Rede Federal de 2009 a 2013.	13
Figura 4 – Organização do ciclo de matrícula no SISTEC.....	22
Figura 5 – Possibilidades de situação (<i>status</i>) de matrícula dos estudantes no SISTEC em um ciclo.	22
Figura 6 – Evolução do número de estudantes matriculados em cursos ofertados pela Rede Federal de 2009 a 2013.....	26
Figura 7 – Evolução do número de ingressantes, matriculados concluídos e evadidos em cursos ofertados pela Rede Federal de 2009 a 2013.	28

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CF	Constituição Federal
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ETV	Escola Técnica Vinculada à Universidade Federal
Institutos Federais	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IES	Instituição de Ensino Superior
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFSP	Instituto Federal de São Paulo
IFTM	Instituto Federal do Triângulo Mineiro
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PAICER	Plano de Ações Integradas de Combate à Evasão e Reprovação
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
Rede Federal	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
TCU	Tribunal de Contas da União
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UnB	Universidade de Brasília
UNIMONTES	Universidade de Montes Claros
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USF	Universidade São Francisco

SUMÁRIO

1. BREVE HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DA REDE FEDERAL	9
2. OFERTA EDUCACIONAL NA REDE FEDERAL	12
3. BASES CONCEITUAIS SOBRE EVASÃO E RETENÇÃO	14
3.1 PESQUISAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS SOBRE EVASÃO	15
3.2 EXPERIÊNCIAS NA REDE FEDERAL	17
3.3 CATEGORIZAÇÃO DAS CAUSAS DA EVASÃO E DA RETENÇÃO	19
4. INDICADORES DE EVASÃO, RETENÇÃO E CONCLUSÃO	20
4.1 PACIFICAÇÃO DE CONCEITOS	20
4.2 ANÁLISE NO PERÍODO	23
4.3 ANÁLISE NO CICLO	24
5. EVASÃO E RETENÇÃO NA REDE FEDERAL	26
6. PLANO ESTRATÉGICO DE INTERVENÇÃO E MONITORAMENTO	28
REFERÊNCIAS	32
APÊNDICE A – INSTRUMENTOS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS REUNIÕES DIAGNÓSTICAS POR SEGMENTO	34
APÊNDICE B – INSTRUMENTOS PARA SISTEMATIZAÇÃO DA REUNIÃO DIAGNÓSTICA COLETIVA	38
APÊNDICE C – FATORES ESPECÍFICOS QUE AUMENTAM AS CHANCES DE EVASÃO E DE RETENÇÃO	41
APÊNDICE D – AÇÕES DE INTERVENÇÃO PARA SUPERAÇÃO DA EVASÃO E RETENÇÃO	46

1. BREVE HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DA REDE FEDERAL

A educação profissional e tecnológica está fundamentada em uma história que vem sendo construída há mais de 100 anos. Teve seu início em 1909, com a criação de Escolas de Aprendizes Artífices, que, ao longo da história, passaram por transformações, reconfigurações e incorporações institucionais.

Por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal), constituída por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais), dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), 24 escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais (ETV), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e o Colégio Pedro II. O Quadro 1 a seguir caracteriza as instituições que integram a Rede Federal.

Quadro 1 – Caracterização das instituições que integram a Rede Federal

Instituição	Características	Legislação de Criação ou Transformação
Institutos Federais	<p>Instituição de natureza pluricurricular e <i>multicampi</i> (reitoria, <i>campus</i>, <i>campus</i> avançado, polos de inovação e polos de educação a distância).</p> <p>Atuação vinculada ao desenvolvimento local.</p> <p>Oferta de cursos de qualificação profissional, de cursos técnicos de nível médio, de cursos superiores de graduação – licenciatura, tecnologia e bacharelado -, de cursos superiores de pós-graduação <i>lato</i> e <i>stricto sensu</i> – especialização, mestrado e doutorado.</p> <p>Desenvolvimento da inovação, da pesquisa aplicada e da extensão e desenvolvimento tecnológico, em uma mesma unidade de ensino.</p>	Lei nº 11.892, de 2008, e Portaria MEC nº 1.291, de 2013.
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	<p>Universidade especializada, pluridisciplinar, de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano.</p> <p>Produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional.</p>	Lei nº 11.184, de 2005.
Centros Federais de Educação Tecnológica	<p>Instituição de regime especial, de natureza pluricurricular e multiunidade (unidade sede e unidades de ensino descentralizada).</p> <p>Oferta de cursos de qualificação profissional, de cursos técnicos de nível médio, de cursos superiores de graduação – licenciatura, tecnologia e bacharelado -, de cursos superiores de pós-graduação <i>lato</i> e <i>stricto sensu</i> – especialização, mestrado e doutorado.</p> <p>Desenvolvimento da pesquisa aplicada e da extensão e desenvolvimento tecnológico, em uma mesma unidade de ensino.</p>	Lei nº 6.545, de 1978.
Escolas técnicas vinculadas	<p>Unidades de ensino pertencentes à estrutura organizacional das universidades federais.</p> <p>Oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada, em suas respectivas áreas de atuação.</p>	Lei nº 11.892, de 2008, e Portaria MEC nº 907, de 2013.

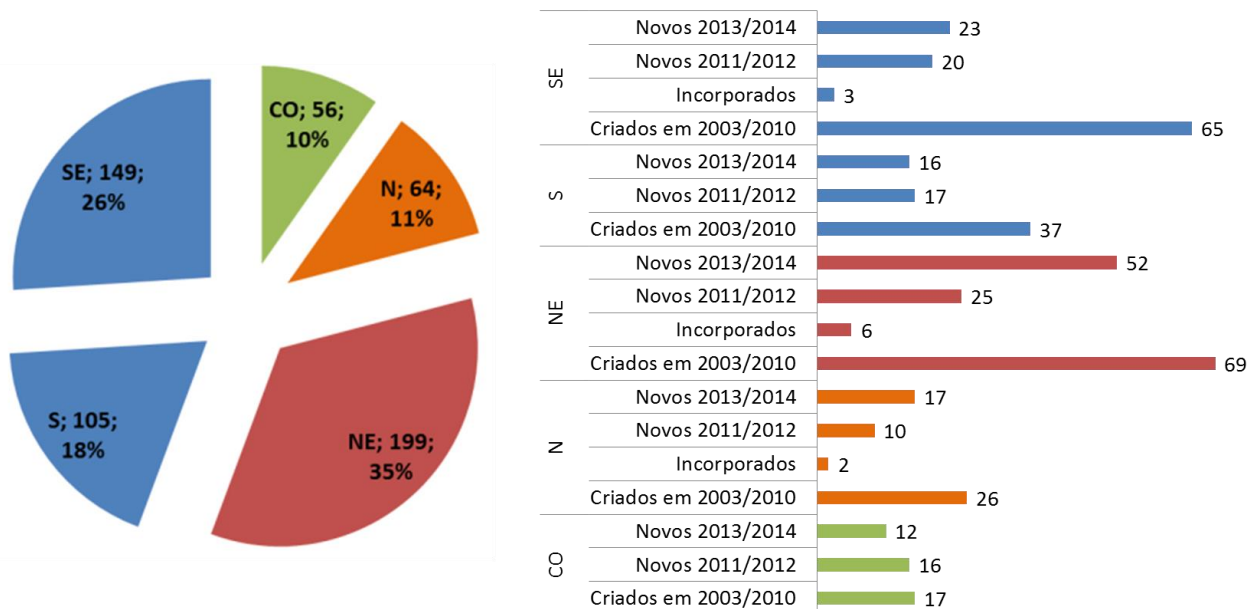
Instituição	Características	Legislação de Criação ou Transformação
Colégio Pedro II	Instituição de natureza pluricurricular e <i>multicampi</i> (reitoria, <i>campus</i> e <i>campus</i> avançado). Oferta de educação básica – ensino fundamental, ensino médio e cursos técnicos –, de cursos superiores de licenciatura e de cursos superiores de pós-graduação <i>lato</i> e <i>stricto sensu</i> em educação. Desenvolvimento da inovação, da pesquisa aplicada e da extensão e desenvolvimento tecnológico, em uma mesma unidade de ensino.	Decreto imperial, de 1837, Lei nº 11.892, de 2008, e Portaria MEC nº 1.291, de 2013.

Fonte: Equipe de sistematização do documento orientador (2014)¹

A partir de 2006 foi iniciado um processo de expansão e de interiorização da educação profissional pública federal o qual foi intensificado após a instituição da Rede Federal e a criação dos Institutos Federais, em 2008. Nesse processo de expansão partiu-se de um total de 140 unidades e almeja-se alcançar, até o final de 2014, 562 unidades.

No Plano de Expansão previsto, foram destinadas 239 novas unidades da Rede Federal às regiões Centro Oeste, Norte e Nordeste, alcançando 57% do número de unidades nas regiões, onde hoje se concentram 43% da população brasileira (Figura 1).

Figura 1 – Distribuição regional das novas unidades da Rede Federal.



Fonte: SETEC/MEC

¹ Quadro-síntese construído a partir da legislação de criação ou transformação das instituições.

As diferenças regionais e locais, atendidas por uma estrutura multiunidade, e a diversidade do público complexifica o papel institucional da Rede Federal de formar cidadãos, tendo por referência uma educação com qualidade num processo de inclusão socioprofissional e educacional.

Cabe destacar que a expansão pauta-se prioritariamente na implantação de novas unidades nas instituições integrantes da Rede Federal, atendendo a critérios que foram sendo aprimorados ao longo do processo e que resultaram no seguinte conjunto:

- universalização do atendimento aos Territórios da Cidadania;
- atendimento aos municípios populosos e com baixa receita *per capita*, integrantes do G100²;
- atendimento aos municípios com percentual elevado de extrema pobreza;
- atendimento prioritário aos municípios com mais de 50 mil habitantes ou microrregiões não-atendidas;
- universalização do atendimento às mesorregiões brasileiras;
- atendimento aos municípios em microrregiões não-atendidas por escolas federais;
- interiorização da oferta pública de educação profissional;
- atendimento aos municípios com arranjos produtivos, sociais e culturais locais (APSCL) identificados; e
- atendimento ao entorno de grandes investimentos.

No limiar dos cinco anos da Lei nº 11.892, de 2008, compreender o significado da Rede Federal ainda se constitui em algo desafiador. Na perspectiva da ampliação social do seu significado, busca-se compreender a Rede Federal enquanto espaço de formação para o trabalho e a melhoria da qualidade do ensino na educação básica.

Destacam-se, resguardadas a dimensão, a função social e o âmbito de atuação de cada instituição, as seguintes finalidades da Rede Federal:

- ofertar educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, formando e qualificando cidadãos para a atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento local, regional e nacional;
- desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior nas áreas de conhecimento especializadas de cada unidade;
- orientar a oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural;
- ofertar o ensino das linguagens e das ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico;
- desenvolver ações de apoio à melhoria da educação básica pública, por meio interação institucional e da oferta de capacitação técnica e atualização pedagógica a gestores e servidores;
- desenvolver a pesquisa aplicada, a inovação, a produção artística e cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e a extensão e o desenvolvimento científico e tecnológico; e
- promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias, notadamente as tecnologias sociais e as voltadas à preservação do meio ambiente.

² Grupo de cidades brasileiras com mais de 80 mil habitantes e que possuem baixos índices de receita pública *per capita* e alta vulnerabilidade socioeconômica de seus habitantes. (FNP, 2014)

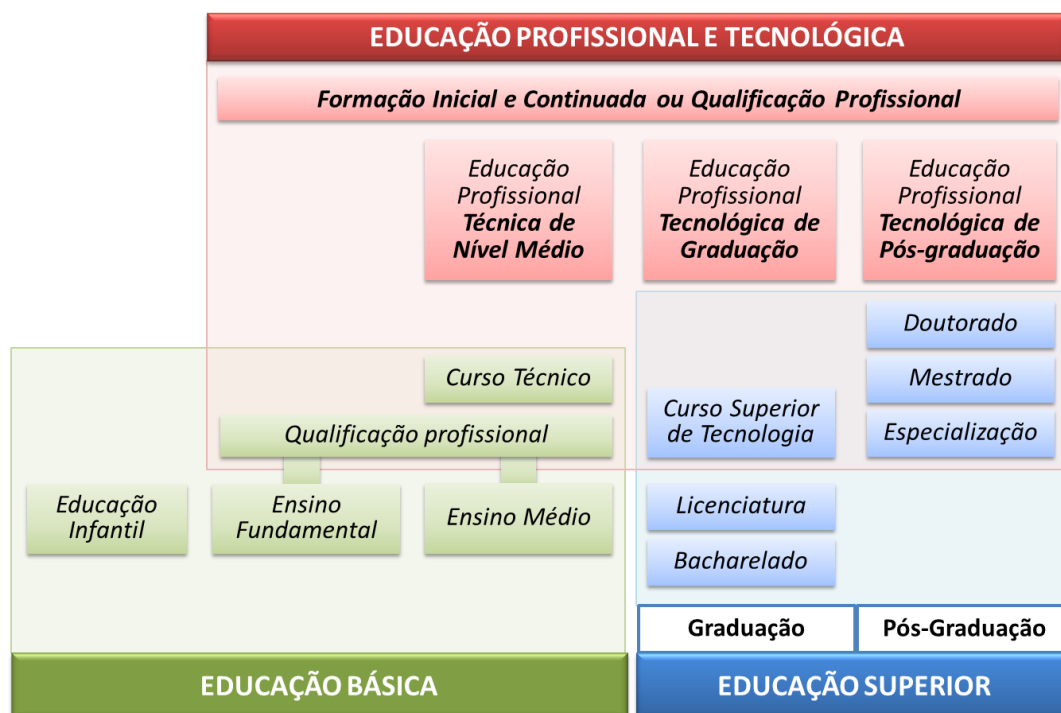
Assim, a Rede Federal configura-se numa estrutura planejada para oportunizar o acesso à educação profissionalizante de maneira abrangente, voltada às conquistas científicas e tecnológicas com vistas ao desenvolvimento regional e local e à ampliação do acesso qualificado ao mundo do trabalho.

2. OFERTA EDUCACIONAL NA REDE FEDERAL

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), a educação brasileira é organizada em dois níveis – educação básica e educação superior – e respectivas etapas de ensino. A educação profissional e tecnológica, por sua vez, está prevista como modalidade educacional que se integra aos diferentes níveis e etapas de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Assim, os cursos de educação profissional e tecnológica se articulam com a educação básica e com a educação superior e, ainda, com as modalidades de educação de jovens e adultos e de educação a distância.

Nessa perspectiva, a oferta educacional das instituições que integram a Rede Federal abrange tanto a educação básica quanto a educação superior e, transversalmente, como modalidade, a educação profissional e tecnológica (Figura 2).

Figura 2 – Organização dos níveis e etapas da educação brasileira em articulação com a educação profissional e tecnológica



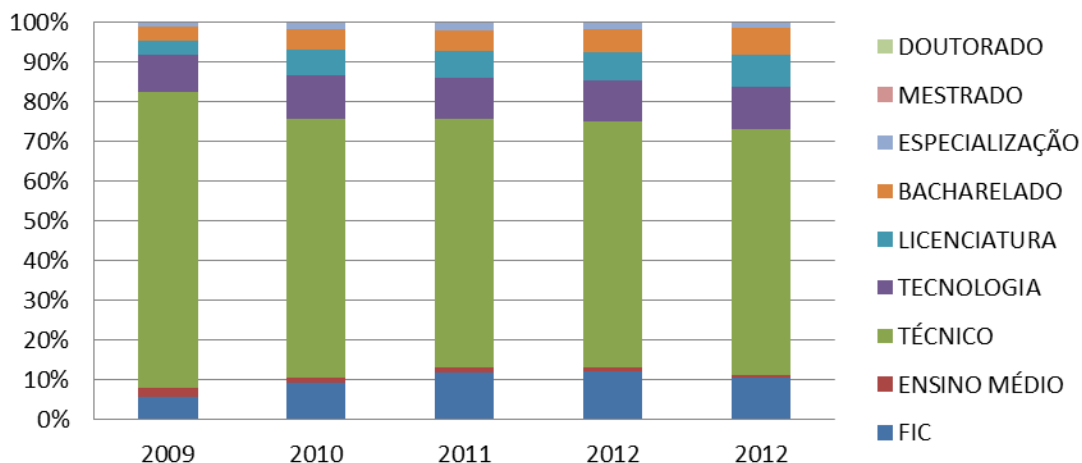
Fonte: Equipe de sistematização do documento orientador (2014)

Os cursos ofertados pela Rede Federal incluem cursos de:

- formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, ministrados de forma livre ou articulados com o ensino fundamental ou com o ensino médio;
- educação profissional técnica de nível médio (cursos técnicos);
- educação superior de graduação (licenciaturas, cursos superiores de tecnologia ou bacharelados); e

- educação superior de pós-graduação *lato* (especialização) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

Figura 3 – Distribuição de matrículas em cursos ofertados pela Rede Federal de 2009 a 2013.



Fonte: SISTEC/MEC, extração em dezembro de 2013.

Pela Figura 3, pode-se observar que os cursos técnicos e os cursos de graduação, juntos, concentram mais de 80% da oferta educacional da Rede Federal. Dada a importância, as características relativas a essas ofertas são detalhadas, à sequência.

Os cursos de educação profissional técnica de nível médio (cursos técnicos) têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sociohistóricos e culturais (BRASIL, 2012), cuja conclusão enseja a emissão de diploma de técnico de nível médio. Tais cursos são desenvolvidos nas seguintes formas:

a) articulada integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, com matrícula única na mesma instituição, promovendo habilitação profissional técnica de nível médio do estudante e conclusão da última etapa da educação básica.

b) articulada concomitante, ofertada a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:

- na mesma instituição de ensino;
- em instituições de ensino distintas; e
- em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

c) subsequente, ofertada a quem já tenha concluído o ensino médio.

Os cursos técnicos podem ser também desenvolvidos na modalidade de educação de jovens e adultos³. Cabe ressaltar que, com objetivo de ampliar as oportunidades de acesso à educação profissional e tecnológica para jovens e adultos, foi instituído, por meio do Decreto nº 5.840, de 2006, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), por meio do qual são desenvolvidos, entre outros, cursos

³ A educação de jovens e adultos é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, conforme previsto no art. 37 da LDB.

técnicos nas formas articulada integrada ou articulada concomitante ao ensino médio com projeto pedagógico unificado (PROEJA Técnico).

Os cursos de educação profissional e tecnológica de graduação (cursos superiores de tecnologia) são cursos de graduação que habilitam ao exercício profissional em setores nos quais haja utilização de tecnologias e cuja conclusão dá direito ao diploma de tecnólogo. A oferta dos cursos superiores de tecnologia na Rede Federal concentra-se, principalmente, nos eixos tecnológicos de informação e comunicação, de controle e processos industriais e de ambiente e saúde.

Os cursos de licenciatura são cursos de graduação que habilitam ao exercício da docência na educação básica, em particular nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, e cuja conclusão dá direito ao diploma de licenciado. A oferta das licenciaturas na Rede Federal concentra-se, principalmente, nas áreas de ciências da natureza e matemática do ensino médio.

Os cursos de bacharelado são cursos de graduação que habilitam ao exercício profissional e cuja conclusão dá direito ao diploma de bacharel. A oferta dos bacharelados na Rede Federal concentra-se, principalmente, em cursos de engenharia, nas áreas de agronomia, de administração, de elétrica, de controle e automação, de mecânica, de computação e de construção civil.

3. BASES CONCEITUAIS SOBRE EVASÃO E RETENÇÃO

A Constituição Federal (CF) de 1988, em seu art. 6º, define a educação como um direito social, ao lado de outros, como: saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados. Como dever do Estado e da família, o direito à educação deve consolidar-se na promoção do pleno desenvolvimento da pessoa, no preparo para o exercício da cidadania e na qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art. 205).

O direito à educação pode ser considerado como um dos alicerces da República Federativa do Brasil na medida em que é instrumento necessário

à construção de uma sociedade livre, justa e solidária; à garantia do desenvolvimento nacional; à erradicação da pobreza e da marginalização, com a redução das desigualdades sociais e regionais; e à promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (GARCIA, 2004, s.p.).

Enfim, é parte da matriz que constitui em larga escala o respeito à dignidade humana. Esse preceito vem sendo expresso em inúmeros documentos, tratados, acordos nacionais e internacionais dos quais o Brasil é signatário, e corroborado na legislação brasileira que trata da educação, em especial na LDB.

Assim, a educação é considerada como:

- **direito social e dever do Estado**, para corresponder às aspirações da sociedade por um país democrático, justo e isonômico, traduzindo-se em ações que visem dar respostas públicas aos compromissos socialmente assumidos em cada uma das instituições, tanto fortalecendo o processo de inserção cidadã como contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional dos sujeitos e para o desenvolvimento local, regional e nacional do país;
- **direito de cidadania**, para formar pessoas críticas, autônomas, emancipadas e competentes tecnicamente, ativas na dinâmica do convívio social e partícipes na definição dos projetos de desenvolvimento nos âmbitos público e privado, pessoais e coletivos;
- **bem público**, na perspectiva da inclusão e valoração da educação profissional e tecnológica como política pública, comprometendo-se o Estado com a qualidade social; e

- **questão de soberania conjunta Estado-cidadão**, para cumprir a função social e os compromissos firmados com a expansão do direito e a universalização do acesso.

Portanto, o conceito de educação para cidadania impõe-se como requisito político e pedagógico para que as instituições cumpram sua função social.

Entretanto, não basta admitir a educação como direito fundamental. É necessário concretizar e prover as ações que permitam a garantia desse direito. Nesse sentido, tanto a CF, em seu art. 206, quanto a LDB, em seu art. 3º, indicam os seguintes princípios, com relação direta com o sucesso escolar, para que o processo educacional ocorra de forma efetiva: a igualdade de condição para o acesso e permanência na escola, a garantia do padrão de qualidade, a valorização do profissional da educação escolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

3.1 Pesquisas nacionais e internacionais sobre evasão

Na contemporaneidade, ao tratarmos da relação entre educação, instituições de ensino e sociedade, inevitavelmente deparamo-nos com algumas questões conflitantes, dentre elas, a retenção e a evasão merecem destaque. Da educação básica à educação superior, em todos os níveis e modalidades de ensino, esses problemas estão presentes.

Na busca pela compreensão desses fenômenos, foram elencadas algumas experiências – fruto de intervenções e pesquisas nacionais e internacionais, em particular na Rede Federal – que não tem a pretensão de se apresentar como um estudo aprofundado e único sobre a temática, mas que contribuem para a definição das bases conceituais adotadas neste documento.

Ao estudarmos pesquisas relativas à evasão, nos aproximamos de referenciais e teorias que explicam a evasão e a retenção. Apesar de não identificarmos um conceito homogêneo, a partir de 1970, autores como Tinto (1975), professor da Syracuse University, passaram a abordar o modelo de integração do estudante, destacando que a decisão de evadir-se é tomada em função da falta de integração com o ambiente acadêmico e social da instituição, sendo esta integração influenciada pelas características individuais, pelas expectativas para a carreira ou curso e, por último, pelas intenções/objetivos e compromissos assumidos antes do início do curso.

O modelo desenvolvido por Tinto (1975) sugere seis conjuntos de variáveis:

- os atributos de pré-entrada, entendidos como habilidades do aluno, escolaridade anterior e antecedentes familiares;
- os comprometimentos iniciais ou metas traçadas pelo próprio estudante;
- a integração acadêmica, tida como o vínculo entre o estudante e a estrutura da instituição de ensino;
- a integração social entre os grupos de estudantes e docentes como variável;
- os comprometimentos subsequentes ou influência das dimensões acadêmicas e sociais da integração no vínculo com a instituição e na intenção de alcançar o objetivo de conclusão de curso; e
- os aspectos externos.

Finalmente, Tinto (1975) descreve os resultados, constituídos pela decisão, persistência ou deserção do curso ou sistema, como variável. De posse do embasamento teórico de Tinto (1975) podemos pensar em explicações sociológicas e políticas no estudo da evasão. Considerando que a evasão escolar, entendida como interrupção no ciclo de estudos, deve ser vista como um fenômeno complexo e não um problema comum, uma vez que compromete o efetivo do direito à educação de qualidade para todos.

No Brasil, Dore (2011) considera que a evasão pode se referir à retenção e repetência do aluno na escola; à saída do aluno da instituição, do sistema de ensino, da escola e posterior retorno; ou à não

conclusão de um determinado nível de ensino. Portanto, para a pesquisadora a evasão ou abandono escolar é um processo que tem natureza multiforme.

A escolha de abandonar ou permanecer na escola é fortemente condicionada por características individuais, por fatores sociais e familiares, por características do sistema escolar e pelo grau de atração que outras modalidades de socialização, fora do ambiente escolar, exercem sobre o estudante (DORE, 2013, p. 5)

Historicamente, um dos primeiros trabalhos a sistematizar a problemática da evasão no Brasil foi realizado a partir de uma comissão nacional, instituída pelo Ministério da Educação (MEC). A Comissão Especial para o Estudo da Evasão nas Universidades Brasileiras surgiu dentro de um contexto de discussão de avaliação institucional, definido pelos indicadores do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), realizado por diferentes instituições de ensino, especificamente as públicas.

Antes deste trabalho, os estudos realizados, sobretudo na segunda metade dos anos 80, enfatizavam apenas levantamentos estatísticos e estudos de casos de forma fragmentada, realizados por iniciativa do MEC e de universidades públicas. Todavia, tais estudos não desenvolveram a problemática de forma a criar políticas institucionais, avaliações, ações administrativas e pedagógicas, ou seja, acompanhamentos necessários para minimizar os resultados encontrados.

Assim, tal iniciativa foi um primeiro esforço conjunto de diferentes instituições de ensino superior (IES) públicas para organizar de forma sistemática um estudo que definiu uma única metodologia, objetivando identificar causas e possíveis soluções para o problema. Os objetivos finais dessa Comissão foram esclarecer o conceito de evasão, analisar as taxas e as causas desse fenômeno e uniformizar uma metodologia a ser empregada pelas instituições.

A partir dos estudos organizados pela Comissão Especial para Estudo da Evasão (1996) foram homogeneizados conceitos e cálculos que possibilitaram o balizamento da questão em todo o país, tendo como base os dados das universidades participantes. Sendo assim, no entendimento assumido pelo referido trabalho, a saída definitiva do aluno de seu curso de origem sem concluí-lo é considerada evasão de curso e a evasão de instituição é entendida como o desligamento da instituição na qual o estudante estava matriculado. É entendida como evasão do sistema quando o aluno abandona o ensino de modo geral.

No desenvolvimento das atividades da Comissão apreendeu-se ainda que as causas predominantes da evasão eram de três ordens. Uma delas relacionada aos estudantes, outra relacionada aos cursos e as instituições e, por último, as de ordem mais conjuntural, denominadas por Polydoro (2000) de “variáveis socioculturais e econômicas”. Esta última estaria relacionada ao mercado de trabalho, ao reconhecimento social da carreira escolhida, à qualidade do ensino fundamental e médio, ao contexto socioeconômico e às políticas governamentais.

Nos estudos da Comissão Especial para Estudo da Evasão (BRASIL, 1996), encontramos também pesquisas sobre o desempenho de universidades europeias e norte-americanas numa série histórica de 1960 a 1986. Nessas pesquisas, os melhores rendimentos do sistema universitário são apresentados pela Finlândia, Alemanha, Holanda e Suíça enquanto que os piores resultados se verificam nos Estados Unidos, Áustria, França e Espanha. De acordo com a investigação, nos Estados Unidos as taxas de evasão nos últimos 30 anos estão em torno de 50%. Número semelhante encontra-se na França onde as taxas, em 1980, eram de 60 a 70% em algumas Universidades. Na Áustria, por sua vez, aponta-se uma taxa de evasão de 43%, sendo que apenas 13% dos estudantes concluem seus cursos nos prazos previstos.

Vários estudos posteriores emergiram com propósitos semelhantes no Brasil, sobretudo no ensino superior. Dentre eles, enfatizamos as pesquisas de Scali (2009), em uma universidade pública de São Paulo, Silva *et al.* (2012) na Universidade Federal do Piauí (UFPI), Ribeiro (2008), na Universidade de Brasília (UnB), Adachi *et al.* (2010), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Biurrum e Nunes

(2010), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Moraes e Theóphilo (2008), na Universidade de Montes Claros (UNIMONTES), e Polydoro (2000), em uma instituição privada de caráter comunitário e confessional-católico/Universidade São Francisco (USF).

Tendo como campo específico a Rede Federal, destacam-se estudos e pesquisas sistematizadas como a realizada por Dore (2013)⁴, Stoco (2010)⁵, Silva (2013)⁶ e Queiroz (2012)⁷. Além dessas pesquisas, tendo por campo o PROEJA, a SETEC/MEC desenvolveu um projeto de inserção contributiva, em 2007 e 2008, com vistas à superação da evasão de estudantes nos cursos PROEJA ofertados pela Rede Federal⁸, tendo por base a metodologia desenvolvida por Reis (2011).

3.2 Experiências na Rede Federal

Embora nem sempre formalizadas e publicadas, algumas experiências de intervenção desenvolvidas na Rede Federal têm se apresentado valiosas e contribuído para o combate à evasão e à retenção.

No campo da pesquisa-ação, encontram-se as iniciativas do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) e do Instituto Federal de São Paulo (IFSP).

Apesar das diferenças intrínsecas de cada projeto de pesquisa ou de intervenção e da heterogeneidade da atuação e estrutura de funcionamento das instituições, em geral, os **objetivos** são:

- compreender a contenção da evasão escolar como uma política institucional necessária a melhoria da qualidade educativa;
- estudar a evasão tendo em vista os diagnósticos resultantes como indicadores que configuram o quadro educacional da instituição a fim de redimensionar seus espaços de aprendizagem.
- propiciar o desenvolvimento de propostas educacionais inclusivas;
- analisar características qualitativas e quantitativas do percurso dos estudantes, enfocando a problemática da evasão;
- controlar, acompanhar e conter a evasão escolar;
- identificar as escolas com baixa taxa de conclusão, para sugerir intervenções que possam atenuar essas situações ou até resolvê-las; e
- mapear as causas e motivos que levaram os alunos a evadirem e propor ações de redução da taxa de evasão.

As **causas** elencadas para a evasão e a retenção incidem sobre:

⁴ Projeto “Educação Técnica de Nível Médio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais: organização dos IFE, políticas para o trabalho docente, permanência/evasão de estudantes e transição para o ensino superior e para o trabalho”, do Programa Observatório da Educação CAPES/INEP.

⁵ No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), no Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde – Modalidade Programa de Integração da Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

⁶ Propõe um Plano de Ações Integradas de Combate à Evasão e Reprovação (PAICER), composto de ações preventivas, de monitoramento e corretivas.

⁷ Estudo no Curso Técnico de Piano da Escola de Música da Universidade Federal do Pará (UFPA). O estudo teve por intuito investigar os fatores da não conclusão do curso no período previsto.

⁸ A inserção contributiva do Proeja consistiu na construção de estratégias para superação da evasão com a participação de todos os envolvidos nessa modalidade de curso, por meio de visitas técnicas da equipe da SETEC às instituições que ofertavam cursos Proeja e que possuíam índices de evasão superior a 20%. Nas visitas, inicialmente, eram ouvidos em momentos distintos, os grupos de estudantes, de professores e de gestores sobre as causas da evasão no curso analisado. Posteriormente, em reunião conjunta, eram identificadas as cinco causas prioritárias da evasão e eram construídas as medidas para a sua superação. Ao final do trabalho, era elaborado um relatório final, consolidando as propostas, os responsáveis e os prazos para sua realização.

- acesso às instituições;
- dificuldades de relacionamento do estudante (seja com professores, diretores e colegas de sala);
- condição e fatores socioeconômicos;
- frustração de expectativas em relação ao curso;
- fatores intra escolares (currículo, horários e carga horária dos cursos);
- motivação, interesse ou compromisso com o curso;
- inserção do estudante no mundo produtivo, em particular a necessidade de trabalhar;
- modelo de ensino escolar e suas valorações;
- problemas de aprendizagem ou dificuldades nas disciplinas;
- repetência ou desempenho acadêmico insuficiente;
- distância entre o currículo teórico do curso técnico e o conhecimento prático requerido na vida real;
- inadequação dos programas de estágio;
- práticas pedagógicas;
- perfil do corpo docente;
- excesso de matérias/disciplinas por período do curso;
- exigência dos professores;
- características estruturais da escola;
- enfraquecimento dos vínculos com a escola;
- comportamento e atitudes do estudante perante a vida escolar;
- formação precária no ensino fundamental e/ou médio; e
- resistência às leis da educação profissional e às perspectivas de seus alunos.

As **ações de intervenção** incluem:

- acompanhamento dos alunos que estão na fase final do curso, na etapa de elaboração e entrega do relatório final de estágio, com o intuito de que estes consigam concluir o curso.
- acompanhamento em tempo real da frequência dos alunos no intuito de identificar os motivos das faltas;
- aproximação das famílias ao percurso escolar dos filhos nos casos dos cursos de ensino médio integrado ao técnico;
- constituição e formação de equipe pedagógica para estabelecimento do trabalho de acompanhamento;
- constituição e legitimação de conselhos escolares e colegiados de cursos para apoio/envolvimento dos diversos segmentos da comunidade escolar;
- contato com os alunos com faltas consecutivas em duas semanas;
- criação de uma planilha, por turma, de acompanhamento de faltas;
- delineamento de ações acadêmico-institucionais que possibilitem aos candidatos conhecer a realidade do mercado de trabalho referente ao curso escolhido antes do processo seletivo/vestibular;
- discussão sobre a possibilidade de ampliação do programa de assistência estudantil;
- divulgação permanente dos cursos ofertados pela instituição junto à comunidade;
- elaboração e revisão dos projetos pedagógicos de cursos de acordo com os perfis profissionais desejados e em consonância com os arranjos produtivos locais;
- elevação dos índices de qualidade do ensino/aprendizagem por meio de aulas de nivelamento e monitorias, com especial atenção às unidades curriculares em que os alunos apresentam menor desempenho acadêmico;
- levantamento do perfil do aluno ingressante e institucionalização de estratégias de identificação com o curso;

- mapeamento das causas e motivos que levaram os estudantes a desistirem do curso, com propostas de intervenção para superar ou mitigar as situações geradoras de evasão nos cursos;
- orientação das empresas contratantes de estagiários quanto à flexibilização do horário de trabalho dos estudantes trabalhadores;
- realização de fóruns com diretores de ensino, coordenadores gerais de ensino e de cursos e equipes pedagógicas, tendo como temática central a questão da permanência e do sucesso escolar;
- realização de reuniões com alunos em situação iminente de desistência do curso, para identificação do problema e estabelecimento de estratégias para que o aluno não abandone o curso;
- realização de reuniões quinzenais com a participação efetiva dos professores, coordenadores de cursos, equipes pedagógicas, direção de ensino e apoio ao estudante, para discussão e verificação da situação de cada turma, com vistas à análise da quantidade de alunos evadidos e à reavaliação permanente do trabalho pedagógico;
- reestruturação do sistema acadêmico visando facilitar o acompanhamento em tempo real de toda movimentação acadêmica (transferências, trancamentos, evasão, desligamentos, certificação, em curso, integralização escolar, em fase escolar, estágio, notas e faltas); e
- sensibilização e formação da coordenação de área e curso visando à construção de ações integradas.

3.3 Categorização das causas da evasão e da retenção

De modo a categorizar as causas da evasão e da retenção para o plano estratégico de intervenção e monitoramento, e tendo por referência a classificação proposta em Brasil (1996), organizam-se os seguintes fatores ou categorias motivadores da evasão e da retenção, adaptados às especificidades da contemporaneidade e das próprias instituições de ensino da Rede Federal:

- a) fatores individuais;
- b) fatores internos às instituições; e
- c) fatores externos às instituições.

Os **fatores individuais** destacam aspectos peculiares às características do estudante⁹. Esse grupo é composto por fatores relativos a:

- adaptação à vida acadêmica;
- capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo;
- compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho;
- descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção;
- encanto ou motivação com o curso escolhido;
- escolha precoce da profissão;
- qualidade da formação escolar anterior;
- informação a respeito do curso;
- outras questões de ordem pessoal ou familiar;
- participação e envolvimento em atividades acadêmicas;
- personalidade;
- questões de saúde do estudante ou de familiar; e
- questões financeiras do estudante ou da família.

⁹ Apesar dessas características estarem ligadas à ordem individual dos estudantes, as instituições de ensino deve se comprometer a buscar medidas que contribuam com a solução ou mitigação dessas questões.

Os **fatores internos** às instituições são problemas relacionados à infraestrutura, ao currículo, a gestão administrativa e didático-pedagógica da instituição, bem como outros fatores que desmotivam e conduzem o aluno a evadir do curso. É nesse rol de fatores que a instituição deve, constantemente, fortalecer sua oferta educativa. Nesse conjunto, estão os fatores:

- Atualização, estrutura e flexibilidade curricular;
- cultura institucional de valorização da docência;
- existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria);
- formação do professor;
- gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.);
- gestão administrativa e financeira da unidade de ensino;
- inclusão social e respeito à diversidade;
- infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino;
- motivação do professor;
- processo de seleção e política de ocupação das vagas;
- questões didático-pedagógicas; e
- relação escola-família.

Os **fatores externos** às instituições relacionam-se às dificuldades financeiras do estudante de permanecer no curso e às questões inerentes à futura profissão. Os fatores que constituem esse grupo são:

- avanços tecnológicos, econômicos e sociais;
- conjuntura econômica e social;
- oportunidade de trabalho para egressos do curso;
- políticas governamentais para a educação profissional e tecnológica e para a educação superior;
- questões financeiras da instituição;
- reconhecimento social do curso; e
- valorização da profissão.

Embora alguns fatores – em especial os individuais e os externos – estejam ligados a circunstâncias em que a intervenção é dificultada por aspectos próprios, as instituições devem se comprometer a buscar medidas que contribuam com a solução ou mitigação dessas questões.

Assim, o conceito de evasão adotado aproxima-se dos conceitos propostos em Brasil (1996) e Dore (2013), sendo definido como a interrupção do aluno no ciclo do curso. Em tal situação, o estudante pode ter abandonado o curso, não ter realizado a renovação da matrícula ou formalizado o desligamento/desistência do curso. Por outro lado, a retenção consiste da não conclusão do curso no período previsto, fator concorrente para o aumento da propensão em relação à evasão.

4. INDICADORES DE EVASÃO, RETENÇÃO E CONCLUSÃO

Os conceitos de evasão e de retenção adotados servem de base para a construção de indicadores que relacionam esses conceitos ao número de estudantes ingressantes e matriculados nas instituições, fornecendo subsídios para identificação de necessidade de ações específicas.

4.1 Pacificação de conceitos

Para dimensionamento dos indicadores, é necessário o estabelecimento de alguns referenciais definidos por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC).

A gestão do SISTEC consiste no cadastramento da unidade de ensino, dos cursos ofertados, dos ciclos de matrículas e dos estudantes; e atualização da situação do estudante ao longo do ciclo de matrícula em que foi inserido. O ciclo de matrículas é definido pela data de início e término de cada turma dos cursos ofertados pela instituição, considerando o tempo mínimo de conclusão previsto no projeto pedagógico.

Após o cadastramento dos dados no sistema, ocorre a manutenção do ciclo de matrícula que consiste na atualização da situação de matrícula do grupo de estudantes nele inserido que pode se configurar como: matrícula ativa (em curso ou integralizado) ou matrícula finalizada (concluído, desligado, evadido, transferido interno ou transferido externo).

O SISTEC, diferentemente do Censo Escolar, tem a vantagem de registrar efetivamente a vida do estudante ou de um conjunto de estudantes (ciclo de matrículas) na instituição, desde seu ingresso até sua saída, e as mudanças que ocorrem durante esse período. Isso permite o acompanhamento dos indicadores de conclusão, evasão e retenção dentro de um mesmo ciclo. A Figura 4, a seguir, apresenta esquematicamente a organização do ciclo de matrícula no SISTEC e a Figura 5 descreve as possibilidades de situação (*status*) de matrícula dos estudantes em um ciclo.

Para compreensão da situação de matrícula do SISTEC é importante o conhecimento dos seguintes conceitos:

MATRÍCULA ATIVA:

- **Em curso:** situação em que o estudante está regularmente matriculado. Pode ser alterado para qualquer uma das situações de matrícula finalizada ou para “integralizado”.
- **Integralizado:** situação em que o estudante integralizou a fase escolar (concluiu as disciplinas ou os módulos do curso) e ainda precisa cumprir outros requisitos para a conclusão do curso ou não fez ou entregou a comprovação de prática profissional ou estágio (obrigatório ou não). Pode ser alterado para “evadido” ou “concluído”.

MATRÍCULA FINALIZADA (NÃO ATIVA):

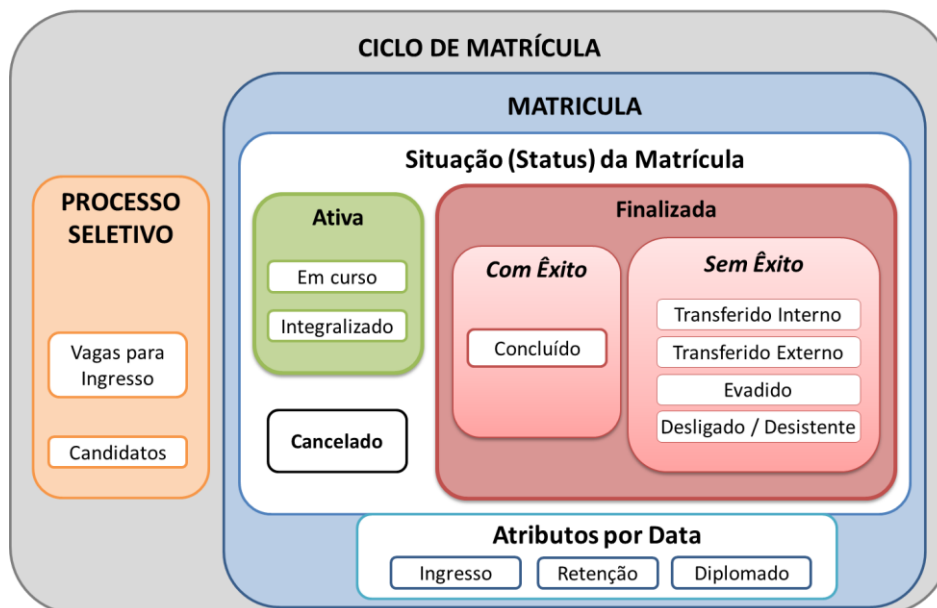
Finalização com êxito/sucesso:

- **Concluído:** situação em que o estudante concluiu todos os componentes curriculares do curso, inclusive prática profissional/estágio (mesmo o não obrigatório) e está apto a ser diplomado ou certificado.

Finalização sem êxito/insucesso:

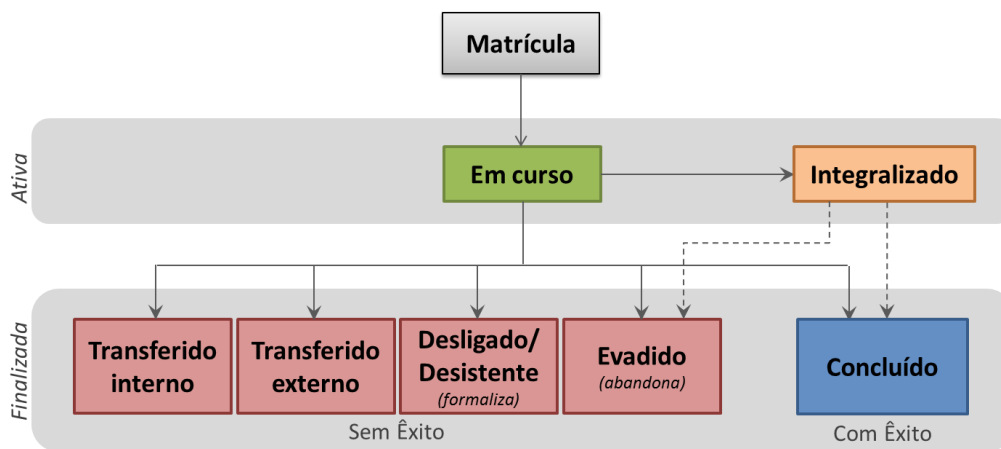
- **Transferido interno:** situação em que o estudante mudou de curso na mesma unidade de ensino.
- **Transferido externo:** situação em que o estudante mudou de unidade de ensino (na mesma instituição) ou mudou de instituição.
- **Desligado/Desistente:** situação em que o estudante comunicou formalmente, de forma espontânea, o desejo de não permanecer no curso.
- **Evadido:** situação em que o estudante abandonou o curso, não realizando a renovação da matrícula ou formalizando o desligamento/desistência do curso.

Figura 4 – Organização do ciclo de matrícula no SISTEC.



Fonte: Equipe de sistematização do documento orientador (2014)¹⁰

Figura 5 – Possibilidades de situação (*status*) de matrícula dos estudantes no SISTEC em um ciclo.



Fonte: Equipe de sistematização do documento orientador (2014)¹¹

A partir das situações de matrícula descritas, estabelecem-se conceitos de total de abandono, retenção e conclusão que serão utilizados no cálculo dos indicadores de evasão, retenção e conclusão. Nesse sentido, estabelecem-se os seguintes conceitos:

- **Total de matrículas ativas:** número de matrículas que permanecem ativas com situação “em curso” ou “integralizado”.

¹⁰ Figura construída a partir dos conceitos apresentados no Guia SISTEC, de julho/2011.

¹¹ Figura construída a partir da descrição dos *status* de matrícula apresentada no Guia SISTEC, de julho/2011.

- **Total de retenção:** número de matrículas que permanecem ativas com situação “em curso” ou “integralizado” após a data prevista para o término do ciclo de matrícula do curso (estudantes que ainda não concluíram o curso, mesmo tendo transcorrido o tempo previsto de conclusão).
- **Total de saídas sem êxito:** número de matrículas finalizadas com situação “transferido interno”, “transferido externo”, “desligado/desistente” ou “evadido”.
- **Total de saídas com êxito:** número de matrículas finalizadas com situação “concluído”.

O cálculo das taxas de evasão, retenção e conclusão pode ser realizado considerando a amostra escolhida como sendo os estudantes matriculados no período em análise (análise no período) ou como sendo os estudantes matriculados em um ciclo de matrícula (análise de ciclo), a partir dos dados de matrículas ativas ou finalizadas.

4.2 Análise no período

Na análise no período, os indicadores podem ser relativos ao conjunto total de estudantes matriculados no período (taxas no período) ou relativos ao conjunto de estudantes ingressantes no ciclo, em períodos anteriores, com previsão de conclusão no período em análise (taxas por ingressantes).

Sejam:

- **MP** o número de estudantes com matrícula ativa em um dado período (total de matrículas ativas),
- **IP** o número de ingressantes no período,
- **CP** o número de estudantes que concluíram o curso no período (total de saídas com êxito),
- **EP** a soma dos estudantes que tiveram a matrícula finalizada sem êxito no período (total de saídas sem êxito),
- **RP** a soma dos estudantes com tempo de matrícula maior do que o tempo previsto de duração do ciclo, no período de análise (total de retenção),
- **i** o período em análise, e
- **i+1** o período seguinte.

Pode-se calcular o número de estudantes matriculados no período seguinte pela equação de fluxo escolar:

$$MP_{i+1} = MP_i + IP_{i+1} - CP_i - EP_i \quad (1)$$

Ou

$$\Delta M_{i+1} = IP_{i+1} - CP_i - EP_i \quad (2)$$

A taxa de crescimento das matrículas, de um período ao outro, ou simplesmente, a Taxa de Matrícula, $\%MP_{i+1}$, é definida por:

$$\%MP_{i+1} = \frac{(MP_{i+1} - MP_i)}{MP_i} \times 100 = \frac{\Delta MP_{i+1}}{MP_i} \times 100 \quad (3)$$

Definem-se as taxas de ingresso, conclusão, evasão e retenção por matriculados num dado período como:

$$\text{Taxa de ingresso no período:} \quad \%IP_{i+1} = \frac{IP_{i+1}}{MP_i} \times 100 \quad (4)$$

$$\text{Taxa de conclusão no período: } \%CP_i = \frac{CP_i}{MP_i} \times 100 \quad (5)$$

$$\text{Taxa de evasão no período: } \%EP_i = \frac{EP_i}{MP_i} \times 100 \quad (6)$$

$$\text{Taxa de retenção no período}^{12}: \%RP_i = \frac{RP_i}{MP_i} \times 100 \quad (7)$$

De forma simplificada, as taxas de conclusão, evasão e retenção no período podem ser definidas como:

Taxa de conclusão no período = estudantes que concluíram o curso (saídas com êxito) / estudantes com matrícula ativa

Taxa de evasão no período = estudantes que tiveram a matrícula finalizada sem êxito / estudantes com matrícula ativa

Taxa de retenção no período = estudantes com tempo de matrícula maior do que o tempo previsto de duração do ciclo (retenção) / estudantes com matrícula ativa

Define-se, ainda a equação de fluxo escolar:

$$\%MP_{i+1} = \%IP_{i+1} - \%CP_i - \%EP_i \quad (8)$$

Os indicadores relativos ao período são relevantes para a avaliação sistêmica das instituições e das redes de ensino, inclusive para relatórios anuais de gestão, porque medem o resultado obtido com os recursos destinados ao trabalho institucional e apresentam o desempenho do conjunto geral de matriculados em relação à expectativa de sucesso daqueles que ingressaram. Ou seja, considera o dinamismo e mobilidade da trajetória individual de cada matriculado que pode, ou não, vir a concluir no período previsto, bem como considera que o conjunto de concluídos pode ser constituído por matriculados que ingressaram em diferentes ciclos de matrícula. Estes indicadores são indicados também para comparação entre instituições.

4.3 Análise no ciclo

A análise no ciclo é focada na situação atual de um universo de estudantes que ingressaram em dado ciclo.

Sejam:

- **MC** o número de estudantes com matrícula ativa em um dado ciclo na data da análise (total de matrículas ativas),
- **IC** o número de ingressantes no ciclo na data da análise,
- **CC** o número de estudantes que concluíram o curso no ciclo na data da análise (total de saídas com êxito),
- **EC** a soma dos estudantes que tiveram a matrícula finalizada sem êxito no ciclo na data da análise (total de saídas sem êxito),

¹² O tempo de retenção pode ser medido em porcentagem de duração do ciclo. Assim um tempo de retenção de 25% para um aluno matriculado em um curso de quatro semestres significa que o aluno está um semestre retido, ou seja, está no quinto semestre, um a mais que o tempo previsto de conclusão do curso.

- RC a soma dos estudantes com tempo de matrícula maior do que o tempo previsto de duração do ciclo, no ciclo na data da análise (total de retenção), e
- k o ciclo em análise.

Definem-se as taxas de conclusão, evasão e retenção por matriculados num dado período como:

$$\text{Taxa de matriculados no ciclo na data da análise: } \%MC_k = \frac{MC_k}{IC_k} \times 100 \quad (9)$$

$$\text{Taxa de conclusão do ciclo na data da análise: } \%CC_k = \frac{CC_k}{IC_k} \times 100 \quad (10)$$

$$\text{Taxa de evasão do ciclo na data da análise: } \%EC_k = \frac{EC_k}{IC_k} \times 100 \quad (11)$$

$$\text{Taxa de retenção do ciclo na data da análise: } \%RC_k = \frac{RC_k}{IC_k} \times 100 \quad (12)$$

As taxas de conclusão, evasão e retenção do ciclo também podem ser definidas como:

Taxa de conclusão do ciclo = estudantes que concluíram o curso (saídas com êxito) / ingressantes do ciclo

Taxa de evasão do ciclo = estudantes que tiveram a matrícula finalizada sem êxito no ciclo / ingressantes do ciclo

Taxa de retenção do ciclo = estudantes com tempo de matrícula maior do que o tempo previsto de duração do ciclo (retenção) / ingressantes do ciclo

A equação que governa a situação dos estudantes no ciclo é dada por:

$$IC_k = CC_k + EC_k + MC_k \quad (13)$$

Em termos de relativos teremos a equação no ciclo:

$$\%CC_k + \%EC_k + \%MC_k = 100\% \quad (14)$$

É importante observar que as taxas do ciclo mudam com o tempo, mesmo após a data prevista de conclusão do ciclo, visto que os estudantes que não concluem o curso no período previsto podem vir a concluir ou evadir do curso na análise posterior.

Para estudar a evolução dos estudantes de diversos ciclos em conjunto, é possível agrupar os dados dos estudantes pertencentes a ciclos que iniciaram em um dado período ou pertencentes a ciclos com previsão de conclusão em um dado período. Para análise de evasão, retenção e conclusão adota-se a segunda opção, contemplando os dados atuais de estudantes pertencentes a ciclos com data prevista de conclusão em um dado período.

As taxas no ciclo permitem observar o desempenho de um determinado grupo de ingressantes de um determinado tipo de curso e com isso associar outros fatores à análise (econômicos, sociais etc.). Por outro lado, não permitem a avaliação sistêmica, pois para realizar a análise dos ciclos, se faz necessário definir o conjunto a partir do critério "período de estimativa de finalização". Dessa forma, acabam sendo desconsideradas todas as matrículas que eventualmente concluíram ou abandonaram no período, mas são ingressantes de outros ciclos que não se enquadram no critério.

5. EVASÃO E RETENÇÃO NA REDE FEDERAL

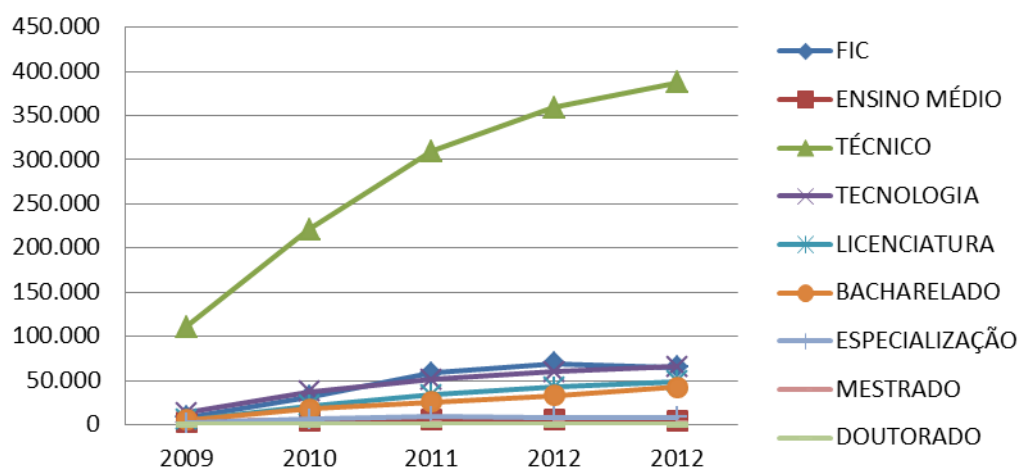
A Rede Federal tem como elemento fundante uma concepção de educação que se revela em uma perspectiva ampla e integral, baseada no olhar social em direção às políticas e ações que possibilitem uma interação mais substantiva com a cultura produtiva local, como medida essencial para o processo de desenvolvimento socioeconomicamente mais democrático.

A partir dos anos 2000, a Rede Federal observou um forte crescimento no número de matrículas. Tal crescimento apresenta-se não somente como fruto do processo de crescimento econômico e das transformações sociais pelas quais o Brasil vem passando, mas também devido a questões relacionadas ao desenvolvimento regional e políticas que visam à diminuição dos enormes fossos que separam as diversas regiões do Brasil.

A decisão de expansão da Rede Federal fez com que o número de ingressantes acendesse de forma significativa, ultrapassando o patamar de 200.000 ingressantes anuais. Uma vez que os cursos ofertados possuem duração entre um e cinco anos, este novo patamar alcançado, teve como consequência o crescimento do número de matrículas nos anos seguintes.

Desse modo, o incremento anual na matrícula da Rede Federal em cursos técnicos e em cursos de graduação, fruto do processo de expansão, proporcionou uma ampliação em mais de quatro vezes do número de adolescentes, jovens e adultos atendidos pelas instituições no período de 2009 a 2013 (Figura 6), contribuindo para a democratização do acesso a uma educação pública, gratuita e com qualidade social¹³.

Figura 6 – Evolução do número de estudantes matriculados em cursos ofertados pela Rede Federal de 2009 a 2013.



Fonte: SISTEC/MEC, extração em dezembro de 2013.

Entretanto, para além de promover a ampliação do acesso por meio da interiorização das instituições, do incremento do número de vagas, da ampliação do alcance e da utilização de ações

¹³ Uma educação de qualidade social é aquela que serve aos interesses públicos e é comprometida com a formação com vistas à emancipação humana e social, tendo como objetivo primordial, em qualquer nível do sistema educativo, a formação de cidadãos capazes de construir uma sociedade fundada nos princípios da justiça social, da igualdade e da democracia (BELLONI, 2003).

afirmativas¹⁴, para garantir a democratização da oferta é necessária a adoção de ações que promovam a permanência e o êxito dos estudantes e a inserção socioprofissional e educacional dos egressos.

Os mapeamentos periódicos do perfil do estudante realizados pelas instituições integrantes da Rede Federal¹⁵ sinaliza o atendimento de um percentual significativo de uma população socioeconomicamente vulnerável, constituída marcadamente por estudantes de baixa renda, trabalhadores, residentes em localidades distantes ou com necessidades educacionais específicas.

Assim, tem sido desenvolvido um esforço no âmbito de ampliação sistemática dos recursos destinados a diversos programas de assistência estudantil. Este movimento explicita, de forma marcante, a preocupação em se reforçar ações que culminem com a participação qualificada dos estudantes em atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de buscar a garantia de um percurso exitoso de formação acadêmica e profissional, no sentido de garantir reais condições de permanência.

Apesar desses esforços, ainda se constata a necessidade de atenção às taxas de evasão e de retenção nos cursos ofertados pela Rede Federal (Quadro 2 e Figura 7).

Quadro 2 – Alunos evadidos, por tipos de cursos, de ciclos de matrícula iniciados a partir de 2004 e encerrados até dezembro de 2011.

Nível	Tipo de Curso	Taxa de Evasão	Taxa de Retenção	Taxa de Conclusão
Educação Básica	Técnico integrado para estudantes em idade própria	6,40%	44,42%	46,80%
	Técnico Integrado e concomitante na modalidade EJA *	24,00%	37,99%	37,50%
	Técnico Subsequente	18,90%	49,34%	31,40%
Educação Superior	Licenciatura	8,70%	64,53%	25,40%
	Bacharelado	4,00%	68,09%	27,50%
	Tecnólogo	5,80%	50,82%	42,70%

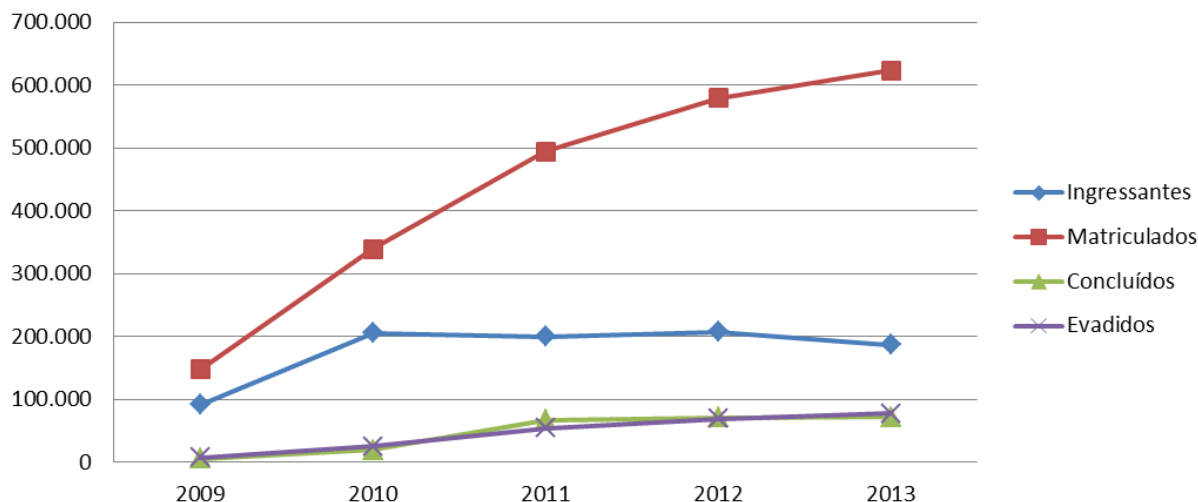
*EJA – Educação de Jovens e Adultos

Fonte: TCU (2012), adaptado.

¹⁴ A Lei nº 12.711, de 2012, garantiu a reserva de, no mínimo, 50% das vagas por curso e turno nas instituições federais de ensino a alunos que tenham cursado a etapa anterior de formação (ensino fundamental ou ensino médio) integralmente no ensino público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Cabe destacar que algumas instituições da Rede Federal já aplicavam essa medida antes da promulgação dessa Lei.

¹⁵ Esse mapeamento é realizado por meio de uma caracterização socioeconômica nos processos de inscrição em exames de seleção, de matrícula inicial e de renovação periódica de matrícula.

Figura 7 – Evolução do número de ingressantes, matriculados concluídos e evadidos em cursos ofertados pela Rede Federal de 2009 a 2013.



Fonte: SISTEC/MEC, extração em dezembro de 2013.

Entender a evasão e a retenção como fenômenos que envolvem fatores multidimensionais (culturais, sociais, institucionais e individuais), e relacionar esse entendimento à complexidade da Rede Federal no cumprimento da sua função social, implica em articular ações que deem conta do atendimento a um público diversificado que, em sua maioria, é socioeconomicamente vulnerável e egresso de sistemas públicos de ensino em regiões com baixo índice de desenvolvimento educacional.

Assim, reforça-se a necessidade premente de implementação de planos estratégicos de superação desses fenômenos de modo a possibilitar a realização de diagnósticos apurados em relação às causas da evasão e da retenção, e a definição de políticas institucionais e a adoção de ações administrativas e pedagógicas que contribuam para o enfrentamento da evasão e retenção em todos os níveis e modalidades da oferta educacional.

6. PLANO ESTRATÉGICO DE INTERVENÇÃO E MONITORAMENTO

A proposta de elaboração de um plano estratégico de intervenção e monitoramento para superação da evasão e da retenção é resultado de diagnósticos e discussões realizadas na Rede Federal que têm, como base conceitual, estudos, pesquisas e experiências de intervenção desenvolvidos em instituições de ensino superior e em instituições da Rede Federal.

Para análise da evasão e da retenção, é necessário conhecer e avaliar a complexidade de fatores individuais, sociais, econômicos, culturais e acadêmicos que intervêm na formação dos estudantes, uma vez que levam ao êxito ou a desistência do curso. Nessa perspectiva, compreender a evasão como um processo implica examinar as taxas de evasão, retenção e conclusão em seu conjunto e contextualizadas com esses fatores. A leitura conjunta de tais dados é essencial à identificação dos problemas e à adoção de medidas pedagógicas e institucionais visando solucioná-los.

No entanto, antes de enfrentar o problema é necessário identificar sua dimensão. De qual evasão e retenção estamos tratando? Quais são os fatores destacáveis na análise dos dados obtidos?

A concretização dos objetivos de um processo de diagnóstico, monitoramento e intervenção sólido abrangendo todas as dimensões da problemática somente será alcançada através de um verdadeiro programa integrado que estabeleça os elos entre as taxas e as causas individuais, institucionais e externas, dando assim a necessária dimensão de totalidade.

Diante do exposto, projetos de diagnóstico, monitoramento e intervenção dentro da temática da evasão e da retenção devem apontar ações de superação do problema, ou pelo menos, ações que possam circunscrevê-lo à dimensão residual.

Todavia, frente à realidade de cada instituição, percebe-se que é praticamente impossível níveis zero de evasão e de retenção, sobretudo por razões que fogem completamente ao âmbito da política acadêmica. No entanto, é inerente uma política de trabalho sistematizado para que o problema seja delimitado e possa ter taxas aceitáveis.

Nessa direção, indica-se que cada instituição da Rede Federal elabore e desenvolva um **Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção**. As metas e as ações desse plano deverão estar previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e os resultados no relatório anual de gestão institucional¹⁶. Com base nesses documentos e de ações próprias de supervisão, a SETEC/MEC deverá realizar o acompanhamento das ações implementadas e da evolução das taxas de evasão, retenção e conclusão de cada instituição.

Para subsidiar o trabalho das instituições na elaboração do plano estratégico de intervenção e monitoramento para superação da evasão e da retenção apresenta-se um proposta de metodologia, composta de quatro fases, detalhadas à sequência.

Fase 1: Instituição de comissão interna

O dirigente máximo da instituição deve constituir uma comissão composta por gestores sistêmicos de ensino e de assistência estudantil, coordenadores de curso e equipe técnico-pedagógica e de assistência estudantil, dentre outros profissionais. Essa comissão terá como objetivo coordenar e sistematizar a elaboração do plano estratégico institucional¹⁷.

Fase 2: Elaboração de diagnóstico quantitativo

A comissão deverá realizar o levantamento dos dados do SISTEC e/ou do sistema institucional de gestão acadêmica para a identificação dos cursos com taxa de evasão ou taxa de retenção superior a 15%, utilizando a metodologia descrita para cálculo dos respectivos indicadores e tomando por base a análise no ciclo (Capítulo 4). Para essa etapa, é fundamental que os dados da instituição estejam atualizados nos sistemas acima citados.

Fase 3: Elaboração de diagnóstico qualitativo

De posse dos dados quantitativos, para os cursos com taxa de evasão ou de retenção superior a 15%, por unidade de ensino, deverá ser realizado o diagnóstico qualitativo, numa proposta de inserção contributiva que oportuniza a participação e o comprometimento de todos os segmentos da instituição na identificação das causas de um problema e na proposição de medidas para superá-lo ou mitigar seus efeitos (REIS, 2011).

Esta fase, além de fornecer informações importantes para a elaboração do plano estratégico de intervenção e monitoramento, é uma etapa em que as pessoas que participam do processo ensino aprendizagem podem refletir sobre sua atuação sob o enfoque da evasão e da retenção e, também,

¹⁶ No caso das escolas técnicas vinculadas, as ações e metas, bem como os resultados, deverão integrar os documentos da respectiva Universidade Federal, embora seja estimulada a elaboração de documentos para cada unidade.

¹⁷ Essa comissão poderá, após a implementação do plano, ser responsável por uma ação conjunta de monitoramento e avaliação da execução do plano estratégico institucional.

serem sensibilizadas para a existência do problema e a necessidade de comprometimento para a mitigação.

Para realização do diagnóstico, os coordenadores de cada curso selecionado deverão organizar e realizar, com a participação de pelo menos um gestor sistêmico membro da comissão:

- **Reuniões diagnósticas por segmento** (gestores, professores, estudantes e evadidos¹⁸), com objetivo de identificar as causas da evasão e/ou retenção no curso sob o ponto de vista de cada segmento separadamente.
- **Reunião diagnóstica coletiva com representantes de cada segmento**, com o objetivo de identificar causas prioritárias que ocasionam a evasão e a retenção no curso analisado¹⁹; propor as medidas para superação ou mitigação do problema; e propor os responsáveis e os prazos para implementação das ações.

Ao final, o resultado do trabalho de cada curso analisado, deverá ser sistematizado para ser apresentado à comissão interna da instituição. Os Apêndices A e B apresentam, como proposta, instrumentos de registro e apoio ao para condução das reuniões.

Fase 4: Consolidação do plano estratégico

A partir dos documentos sistematizados de cada curso, a comissão interna elaborará uma proposta de **Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção** que deverá ser submetida ao Conselho Superior da instituição²⁰.

O plano estratégico deverá ser estruturado de modo a contemplar os seguintes itens:

- I. Identificação da Instituição
- II. Justificativa
- III. Base conceitual
- IV. Diagnóstico²¹
 - a. Diagnóstico quantitativo (taxas de evasão e de retenção)
 - b. Diagnóstico qualitativo (causas da evasão e da retenção)
- V. Estratégia de intervenção²²
 - a. Ações de intervenção
 - b. Metas
 - c. Equipe multiprofissional
 - d. Recursos necessários (financeiros e materiais)
 - e. Prazos
 - f. Responsáveis
- VI. Estratégia de monitoramento dos indicadores e das ações de intervenção
- VII. Estratégia de avaliação do plano

¹⁸ É importante destacar que a participação dos evadidos deve ser garantida, mesmo que ocorra por meio da realização de entrevistas individuais, presenciais ou não.

¹⁹ Indica-se a utilização da classificação em fatores individuais, internos e externos (Capítulo 3) de modo a padronizar as terminologias utilizadas.

²⁰ A proposta deverá ser apresentada ao órgão colegiado institucional de ensino, pesquisa e extensão, quando houver. Adicionalmente, indica-se que seja previamente validada pelos diversos segmentos da instituição de forma conjunta em seminário ou encontro específico.

²¹ Devem ser apresentados os diagnósticos quantitativos e qualitativos gerais da instituição e por nível de ensino, forma de oferta e curso.

²² Devem ser apresentadas as ações de intervenção gerais da instituição e por nível de ensino, forma de oferta e curso.

É importante que mecanismos e momentos de monitoramento e avaliação das ações de intervenção implementadas sejam previstos para o acompanhamento da execução e análise dos resultados alcançados. O monitoramento e a avaliação deverão ser realizados, no mínimo, anualmente possibilitando a atualização dos indicadores de evasão, retenção e conclusão.

O monitoramento deverá observar as alterações dos dados quantitativos dos cursos e o cumprimento dos prazos. A avaliação deverá analisar se as medidas propostas foram desenvolvidas, quais as dificuldades encontradas e se os resultados alcançados impactaram na transformação da situação de evasão e/ou retenção nos cursos e na instituição. A partir dos resultados do monitoramento e avaliação poderão ser propostas reformulações ao plano estratégico.

De modo a subsidiar a elaboração dos planos estratégicos de intervenção e monitoramento, são apresentados, nos Apêndices C e D, os fatores específicos e as ações de intervenção propostas, tendo como objetivo a superação da evasão e retenção em cursos técnicos e de graduação da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Cabe destacar que os fatores e ações sistematizados não esgotam as possibilidades de proposição institucional.

REFERÊNCIAS

- BELLONI, I. Educação. In: BITTAR, J. (org.). *Governos estaduais: desafios e avanços: reflexões e relatos e experiências petistas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- BRASIL. *Lei nº 6.545/1978*, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, DF: 30 de junho de 1978.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: 05 de outubro de 1988.
- BRASIL. *Lei nº 9.394/1996*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. *Lei nº 11.184/2005*, de 07 de outubro de 2005. Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências. Brasília, DF: 07 de outubro de 2005.
- BRASIL. *Lei nº 11.892/2008*, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: 29 de dezembro de 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CEB nº 06/2012*, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF: 20 de setembro de 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Portaria SETEC/MEC nº 39/2013*, de 22 de novembro de 2013. Institui Grupo de Trabalho sobre evasão, retenção e conclusão. Brasília, DF: 22 de novembro de 2013a.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria MEC nº 1.291/2013*, de 30 de dezembro de 2013. Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão. Brasília, DF: 30 de dezembro de 2013b.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria MEC nº 907/2013*, de 20 de setembro de 2013. Estabelece as diretrizes e normas gerais para o funcionamento das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. Brasília, DF: 20 de setembro de 2013c.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 506/2013 – TCU – Plenário*, de 13 de março de 2013. Brasília, DF: 13 de março de 2013d.
- Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras – ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC. *Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas*. out. 1996.
- DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, set./dez. 2011.
- FNP – Frente Nacional de Prefeitos. G100 – Municípios populosos com baixa receita per capita e alta vulnerabilidade socioeconômica. Disponível em <g100 - Municípios populosos com baixa receita per capita e alta vulnerabilidade socioeconômica. Disponível em <http://www.encontrodesenvolvimento.fnp.org.br/index.php/publicacoes#sthash.vWwKT0wK.dpuf>>.
- QUEIROZ, Rômulo Mota de. *A não conclusão no curso técnico de piano: um estudo realizado na escola de música da Universidade Federal do Pará*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Doutorado Interinstitucional UFBA/UFPA. Belém: IFBA, 2012.
- REIS, Renato Hilário. *A constituição do ser humano: amor-poder-saber na educação/alfabetização de jovens e adultos*. Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, Tadeu Lucena da. *Baixa taxa de conclusão dos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: uma proposta de intervenção*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Juiz de Fora: 2013

STOCO, Heloisa Pancieri. A educação de jovens e adultos trabalhadores no PROEJA: acesso e permanência no CEFET-BA. *Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA. Nº 01, Ano I, Agosto/2010. Disponível em: <<https://www.revistapindorama.ifba.edu.br>>.

APÊNDICE A – INSTRUMENTOS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS REUNIÕES DIAGNÓSTICAS POR SEGMENTO

<NOME DA INSTITUIÇÃO>	
Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção	
REGISTRO DA REUNIÃO DIAGNÓSTICA COM OS GESTORES	
Data	Unidade de ensino
Tipo de curso	Nome do curso
Técnico Integrado (idade própria ou EJA), Técnico Concomitante (idade própria ou EJA), Técnico Subsequente, Curso Superior de Tecnologia, Licenciatura ou Bacharelado	
Nome e função dos participantes	
Forma de atribuição de turmas aos professores	
Forma de organização dos professores na instituição	
Espaços de formação continuada do corpo docente	
Condições da infraestrutura disponibilizada para o curso (salas de aula, laboratórios, biblioteca, acervo bibliográfico, equipamentos)	
Mecanismos de divulgação do curso	
Forma de seleção para o curso	
Organização e execução da política de assistência estudantil da instituição	
Causas da evasão no curso	
Causas da retenção no curso	
Programas institucionais que diminuem a evasão e a retenção no curso	
Outros	

<NOME DA INSTITUIÇÃO>	
Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção	
REGISTRO DA REUNIÃO DIAGNÓSTICA COM OS PROFESSORES	
Data	Unidade de ensino
Tipo de curso	Nome do curso
Técnico Integrado (idade própria ou EJA), Técnico Concomitante (idade própria ou EJA), Técnico Subsequente, Curso Superior de Tecnologia, Licenciatura ou Bacharelado	
Nome dos participantes, regime de trabalho, carga horária em sala de aula e disciplinas que leciona	
Espaços de formação continuada proporcionados pela instituição	
Metodologias de ensino utilizadas no curso (material didático, uso de laboratórios, técnicas de ensino etc.)	
Metodologias de avaliação utilizadas no curso	
Condições da infraestrutura disponibilizada para o curso (salas de aula, laboratórios, biblioteca, acervo bibliográfico, equipamentos)	
Desempenho médio dos estudantes no curso	
Realização de monitorias e reforço escolar para os estudantes do curso	
Causas da evasão no curso	
Causas da retenção no curso	
Programas institucionais que diminuem a evasão e a retenção no curso	
Outros	

<NOME DA INSTITUIÇÃO>	
Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção	
REGISTRO DA REUNIÃO DIAGNÓSTICA COM OS ESTUDANTES	
Data	Unidade de ensino
Tipo de curso	Nome do curso
Técnico Integrado (idade própria ou EJA), Técnico Concomitante (idade própria ou EJA), Técnico Subsequente, Curso Superior de Tecnologia, Licenciatura ou Bacharelado	
Nome, período e forma de ingresso no curso dos participantes	
Forma de conhecimento do curso	
Estratégias utilizadas na recepção/acolhimento no curso	
Metodologias de ensino utilizadas no curso (material didático, uso de laboratórios, técnicas de ensino etc.)	
Metodologias de avaliação utilizadas no curso	
Condições da infraestrutura disponibilizada para o curso (salas de aula, laboratórios, biblioteca, acervo bibliográfico, equipamentos)	
Relações interpessoais (colegas, professores, coordenação, estudantes de outros cursos)	
Expectativas com o curso	
Causas da evasão no curso	
Causas da retenção no curso	
Programas institucionais que diminuem a evasão e a retenção no curso	
Outros	

<NOME DA INSTITUIÇÃO>	
Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção	
REGISTRO DA REUNIÃO DIAGNÓSTICA COM OS EVADIDOS	
Data	Unidade de ensino
Tipo de curso	Nome do curso
Técnico Integrado (idade própria ou EJA), Técnico Concomitante (idade própria ou EJA), Técnico Subsequente, Curso Superior de Tecnologia, Licenciatura ou Bacharelado	
Nome, período de evasão e forma de ingresso no curso dos participantes	
Causas da evasão do curso	
Programas institucionais que diminuem a evasão no curso	
Outros	

APÊNDICE B – INSTRUMENTOS PARA SISTEMATIZAÇÃO DA REUNIÃO DIAGNÓSTICA COLETIVA

<NOME DA INSTITUIÇÃO>						
Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção						
LEVANTAMENTO DOS FATORES PROMOTORES DA RETENÇÃO E EVASÃO E DESCRIÇÃO DE AÇÕES PARA SUPERAÇÃO – FATORES INDIVIDUAIS						
Unidade de ensino		Tipo de curso		Nome do curso		Data
		Técnico Integrado (idade própria ou EJA), Técnico Concomitante (idade própria ou EJA), Técnico Subsequente, Curso Superior de Tecnologia, Licenciatura ou Bacharelado				
Fatores		Causas	Medidas de intervenção	Metas	Prazo	Responsável
INDIVIDUAIS	Adaptação à vida acadêmica					
	Capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo					
	Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho					
	Descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção					
	Encanto ou motivação com o curso escolhido					
	Escolha precoce da profissão					
	Formação escolar anterior					
	Informação a respeito do curso					
	Participação e envolvimento em atividades acadêmicas					
	Personalidade					
	Questões de saúde do estudante ou de familiar					
Questões financeiras do estudante ou da família						

<NOME DA INSTITUIÇÃO>						
Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção						
LEVANTAMENTO DOS FATORES PROMOTORES DA RETENÇÃO E EVASÃO E DESCRIÇÃO DE AÇÕES PARA SUPERAÇÃO– FATORES INTERNOS						
Unidade de ensino		Tipo de curso		Nome do curso		
		Técnico Integrado (idade própria ou EJA), Técnico Concomitante (idade própria ou EJA), Técnico Subsequente, Curso Superior de Tecnologia, Licenciatura ou Bacharelado				
Fatores		Causas	Medidas de intervenção	Metas	Prazo	Responsável
INTERNOS	Atualização, estrutura e flexibilidade curricular					
	Cultura institucional de valorização da docência					
	Existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, Iniciação científica, monitoria)					
	Formação do professor					
	Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)					
	Gestão administrativa e financeira da unidade de ensino					
	Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino					
	Motivação do professor					
	Processo de seleção e política de ocupação das vagas					
	Questões didático-pedagógicas					
Relação escola-família						

<NOME DA INSTITUIÇÃO>						
Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção						
LEVANTAMENTO DOS FATORES PROMOTORES DA RETENÇÃO E EVASÃO E DESCRIÇÃO DE AÇÕES PARA SUPERAÇÃO– FATORES EXTERNOS						
Unidade de ensino		Tipo de curso		Nome do curso		
		Técnico Integrado (idade própria ou EJA), Técnico Concomitante (idade própria ou EJA), Técnico Subsequente, Curso Superior de Tecnologia, Licenciatura ou Bacharelado				
Fatores		Causas	Medidas de intervenção	Metas	Prazo	Responsável
EXTERNOS	Avanços tecnológicos, econômicos e sociais					
	Conjuntura econômica e social					
	Oportunidade de trabalho para egressos do curso					
	Políticas governamentais para a educação profissional e tecnológica e para a educação superior					
	Qualidade da escola de ensino fundamental ou médio de origem do estudante					
	Questões financeiras da instituição					
	Reconhecimento social do curso					
	Valorização da profissão					

APÊNDICE C – FATORES ESPECÍFICOS QUE AUMENTAM AS CHANCES DE EVASÃO E DE RETENÇÃO

Nº	Tipo de Fator	Fator Geral	Fator Específico
1.	Externo	Conjuntura econômica e social	Alteração do calendário acadêmico em função de motivos políticos, econômicos, estruturais e ambientais
2.	Externo	Conjuntura econômica e social	Dificuldade de transporte para a unidade de ensino
3.	Externo	Conjuntura econômica e social	Distância entre a unidade de ensino e a residência
4.	Externo	Conjuntura econômica e social	Falta de acesso a serviços públicos sociais e de saúde
5.	Externo	Conjuntura econômica e social	Falta de moradia
6.	Externo	Conjuntura econômica e social	Prolongamento de greve
7.	Externo	Conjuntura econômica e social	Mudança de cidade
8.	Externo	Conjuntura econômica e social	Necessidade de cuidar do filho no horário do curso
9.	Externo	Conjuntura econômica e social	Vulnerabilidade social, cultural e econômica do estudante
10.	Externo	Oportunidade de trabalho para egressos do curso	Baixa demanda de trabalho na área
11.	Externo	Oportunidade de trabalho para egressos do curso	Falta de perspectiva profissional
12.	Externo	Valorização da profissão	Desvalorização da profissão pela sociedade
13.	Externo	Valorização da profissão	Salário desestimulante após a formação
14.	Individual	Adaptação à vida acadêmica	Dificuldade de adaptação do estudante à metodologia do curso
15.	Individual	Adaptação à vida acadêmica	Dificuldade de adequação à rotina escolar
16.	Individual	Adaptação à vida acadêmica	Dificuldade de participar de atividades escolares em função da religião
17.	Individual	Adaptação à vida acadêmica	Dificuldade em conciliar os estudos com outros cursos
18.	Individual	Adaptação à vida acadêmica	Dificuldade em conciliar o ensino médio com o curso técnico, nos cursos concomitantes
19.	Individual	Adaptação à vida acadêmica	Dificuldades de adaptação à educação profissional
20.	Individual	Adaptação à vida acadêmica	Dificuldades de adaptação à vida acadêmica
21.	Individual	Adaptação à vida acadêmica	Falta de hábito de estudo
22.	Individual	Adaptação à vida acadêmica	Falta de pontualidade dos estudantes
23.	Individual	Adaptação à vida acadêmica	Indisponibilidade de tempo para estudar fora do horário de aulas
24.	Individual	Adaptação à vida acadêmica	Indisponibilidade de tempo para participar de atividades de nivelamento e monitoria
25.	Individual	Adaptação à vida acadêmica	Medo de repetir o período
26.	Individual	Adaptação à vida acadêmica	Problemas disciplinares
27.	Individual	Capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo	Deficiência cognitiva

Nº	Tipo de Fator	Fator Geral	Fator Específico
28.	Individual	Capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo	Dificuldade de acompanhamento do curso devido ao longo tempo de afastamento do sistema formal de ensino
29.	Individual	Capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo	Dificuldade de aprendizagem
30.	Individual	Capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo	Falta de disciplina para o estudo
31.	Individual	Capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo	Falta de hábito de estudo
32.	Individual	Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	Dificuldade em conciliar estudo e trabalho
33.	Individual	Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	Falta de apoio da empresa em que o estudante trabalha
34.	Individual	Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	Mudança de turno de trabalho
35.	Individual	Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	Necessidade de trabalhar
36.	Individual	Descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção	Busca por outras escolas consideradas de fácil aprovação
37.	Individual	Descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção	Ingresso em outro curso
38.	Individual	Descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção	Mudança de interesse profissional ou pessoal
39.	Individual	Descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção	Preferência por cursos superiores
40.	Individual	Encanto ou motivação com o curso escolhido	Desestímulo pela área de formação
41.	Individual	Encanto ou motivação com o curso escolhido	Desinteresse pelo curso
42.	Individual	Encanto ou motivação com o curso escolhido	Falta de identificação com o curso
43.	Individual	Encanto ou motivação com o curso escolhido	Falta de motivação
44.	Individual	Encanto ou motivação com o curso escolhido	O curso não correspondeu às expectativas
45.	Individual	Escolha precoce da profissão	Imaturidade própria da idade
46.	Individual	Qualidade da formação escolar anterior	Deficiência nos conhecimentos relativos à educação básica
47.	Individual	Informação a respeito do curso	Falta de conhecimento sobre a área escolhida
48.	Individual	Outras questões de ordem pessoal ou familiar	Problemas pessoais e familiares
49.	Individual	Outras questões de ordem pessoal ou familiar	Problemas sociais e psicológicos que causam maior impacto na adolescência
50.	Individual	Participação e envolvimento em atividades acadêmicas	Falta de assiduidade dos estudantes

Nº	Tipo de Fator	Fator Geral	Fator Específico
51.	Individual	Participação e envolvimento em atividades acadêmicas	Falta de dedicação com os estudos
52.	Individual	Personalidade	Baixa autoestima
53.	Individual	Personalidade	Falta de aptidão para o curso escolhido
54.	Individual	Questões de saúde do estudante ou de familiar	Problema de saúde
55.	Interno	Atualização, estrutura e flexibilidade curricular	Complexidade dos conteúdos abordados no curso
56.	Interno	Atualização, estrutura e flexibilidade curricular	Desatualização e descontextualização dos cursos da realidade local e regional
57.	Interno	Atualização, estrutura e flexibilidade curricular	Déficit na estrutura de apoio ao funcionamento do curso
58.	Interno	Atualização, estrutura e flexibilidade curricular	Excesso de disciplinas no período letivo
59.	Interno	Atualização, estrutura e flexibilidade curricular	Exigência de pré-requisitos para os componentes curriculares
60.	Interno	Atualização, estrutura e flexibilidade curricular	Inadequação da duração do curso
61.	Interno	Atualização, estrutura e flexibilidade curricular	Mudança na estrutura curricular do curso ao longo de sua oferta
62.	Interno	Existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria)	Descontinuidade na oferta de bolsas (auxílios específicos)
63.	Interno	Existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria)	Falta de incentivo financeiro que auxilie a manutenção do estudante
64.	Interno	Existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria)	Falta de regularidade no pagamento das bolsas de assistência estudantil
65.	Interno	Existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria)	Indisponibilidade de merenda escolar
66.	Interno	Existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria)	Insuficiência de recursos do programa de assistência estudantil
67.	Interno	Formação do professor	Deficiência ou falta de formação pedagógica dos docentes
68.	Interno	Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Dificuldade de promoção da integração entre instituições e cursos
69.	Interno	Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Dificuldade de realização de aulas práticas

Nº	Tipo de Fator	Fator Geral	Fator Específico
70.	Interno	Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Dificuldade na execução dos convênios, cooperações e projetos intercomplementares entre as instituições de ensino
71.	Interno	Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Dificuldade na realização de aulas práticas no período noturno
72.	Interno	Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Dificuldade ou impossibilidade de registro nos conselhos profissionais
73.	Interno	Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Dificuldades na realização do estágio curricular
74.	Interno	Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Excesso de burocracia para realização do estágio curricular
75.	Interno	Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Excesso de carga horária semanal de aulas
76.	Interno	Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Falta de acompanhamento e apoio pedagógico
77.	Interno	Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Falta de diagnóstico pedagógico dos estudantes ingressantes
78.	Interno	Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Falta de integração curricular
79.	Interno	Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Inadequação do turno de oferta
80.	Interno	Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Inadequação do horário de aulas integral (manhã e tarde)
81.	Interno	Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Inadequação da organização do ensino em ciclo bimestral
82.	Interno	Gestão administrativa e financeira da unidade de ensino	Alta rotatividade de docentes em algumas disciplinas
83.	Interno	Gestão administrativa e financeira da unidade de ensino	Conflitos dentro da instituição
84.	Interno	Gestão administrativa e financeira da unidade de ensino	Dificuldade de fixação do docente na unidade de ensino
85.	Interno	Gestão administrativa e financeira da unidade de ensino	Falta de assiduidade dos docentes
86.	Interno	Gestão administrativa e financeira da unidade de ensino	Falta de docentes em algumas disciplinas
87.	Interno	Gestão administrativa e financeira da unidade de ensino	Falta de pontualidade dos docentes

Nº	Tipo de Fator	Fator Geral	Fator Específico
88.	Interno	Inclusão social e respeito à diversidade	Desrespeito da comunidade escolar à diversidade e inclusão social
89.	Interno	Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino	Dificuldade de obter material para execução de trabalhos e aulas práticas
90.	Interno	Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino	Excesso de estudantes nas turmas
91.	Interno	Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino	Falta de equipe técnico pedagógica multidisciplinar
92.	Interno	Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino	Falta de infraestrutura adequada na unidade de ensino
93.	Interno	Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino	Falta de infraestrutura para atender às necessidades da permanência do estudante de período integral na escola
94.	Interno	Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino	Falta de acervo bibliográfico
95.	Interno	Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino	Inadequação do número de profissionais da equipe técnico pedagógica multidisciplinar
96.	Interno	Processo de seleção e política de ocupação das vagas	Inadequação do processo seletivo por não contemplar as especificidades do curso e do público
97.	Interno	Processo de seleção e política de ocupação das vagas	Ingresso de estudante com ensino médio completo em curso integrado
98.	Interno	Processo de seleção e política de ocupação das vagas	Inadequação de ingresso de estudantes após o início do período letivo devido à realização de múltiplas chamadas do processo seletivo
99.	Interno	Questões didático-pedagógicas	Problemas na metodologia de avaliação
100.	Interno	Questões didático-pedagógicas	Complexidade dos currículos
101.	Interno	Questões didático-pedagógicas	Dificuldades na relação docente-estudante
102.	Interno	Questões didático-pedagógicas	Dificuldades na relação estudante-estudante
103.	Interno	Questões didático-pedagógicas	Excesso de avaliações
104.	Interno	Questões didático-pedagógicas	Excesso de cobrança dos professores
105.	Interno	Questões didático-pedagógicas	Falta de atividades de recuperação paralela
106.	Interno	Questões didático-pedagógicas	Inadequação da metodologia de ensino ao perfil dos estudantes
107.	Interno	Questões didático-pedagógicas	Inadequação da proposta pedagógica do curso
108.	Interno	Questões didático-pedagógicas	Problemas didático-metodológicos
109.	Interno	Relação escola-família	Falta de apoio da família no processo ensino-aprendizagem
110.	Interno	Relação escola-família	Falta de projetos concatenados que aproximem a escola, a comunidade e a família dos estudantes

APÊNDICE D – AÇÕES DE INTERVENÇÃO PARA SUPERAÇÃO DA EVASÃO E RETENÇÃO

Nº	Ações de Intervenção
1.	Acompanhar a assiduidade e pontualidade dos docentes
2.	Acompanhar os casos de problemas de saúde dos estudantes
3.	Acompanhar os estudantes com problemas recorrentes de assiduidade ou pontualidade
4.	Adequar a infraestrutura física e tecnológica necessárias às atividades de ensino e aprendizagem
5.	Adequar os horários das aulas à disponibilidade de transporte público
6.	Adequar os turnos de oferta dos cursos às demandas regionais
7.	Adequar os turnos de oferta dos cursos às demandas regionais e às especificidades do estudante
8.	Adotar ações de controle de faltas e notas dos bolsistas de programas de assistência estudantil, pesquisa e extensão
9.	Adquirir equipamentos e materiais necessários à realização de atividades práticas
10.	Ampliar a equipe multidisciplinar para assegurar o atendimento em todos os turnos e o melhorar o acompanhamento junto aos estudantes com baixa frequência e alto índice de reprovação
11.	Ampliar a participação dos estudantes nos conselhos de classe e órgãos colegiados dos cursos e da instituição
12.	Ampliar o acompanhamento, os atendimentos e as orientações psicopedagógicas e sociais aos estudantes
13.	Ampliar o apoio aos núcleos de atendimento às pessoas com necessidades educativas especiais (equipe, qualificação, aquisição de equipamentos e estrutura física)
14.	Ampliar o apoio pedagógico aos docentes
15.	Ampliar o número de bolsas em programas de assistência estudantil, pesquisa e extensão
16.	Ampliar os convênios com as empresas
17.	Analisar a adequação da forma/modalidade e o turno de oferta do curso
18.	Analisar a duração dos cursos
19.	Analisar a organização anual/semestral dos cursos
20.	Analisar a organização de avaliações trimestrais/bimestrais dos cursos
21.	Aperfeiçoar os critérios de distribuição dos recursos da assistência estudantil perfis socioeconômicos
22.	Aplicar o conceito de currículo integrado aos cursos
23.	Aproximar a instituição dos setores produtivos, através de parcerias de estágio e projetos de pesquisa aplicada e extensão tecnológica
24.	Articular ações com as redes externas de saúde e assistência social para a correta avaliação, emissão de diagnóstico e acompanhamento do estudante
25.	Articular com empresários da região para absorção dos egressos no mercado de trabalho
26.	Articular junto aos setores responsáveis pelo transporte público medidas de ampliação e melhoria de qualidade no serviço prestado (horário, oferta, mais pontos, itinerário)
27.	Atualizar e readequar o projeto pedagógico do curso tornando o conteúdo mais significativo para os estudantes
28.	Auxiliar a família para estimular os estudos
29.	Buscar parcerias com o município no sentido de transportar os estudantes residentes em outros municípios ou distritos
30.	Buscar parcerias para aumentar a absorção dos futuros profissionais no mercado de trabalho
31.	Buscar parcerias para aumentar o número de visitas técnicas e aulas práticas
32.	Capacitar a equipe pedagógica e os docentes para o trabalho com estudantes com deficiência física e com dificuldades educacionais especiais

Nº	Ações de Intervenção
33.	Compatibilizar o cronograma de resultados dos processos seletivos para acompanhamento do calendário nacional
34.	Compatibilizar o número de alunos por turma com as atividades pedagógicas
35.	Conscientizar a sociedade e a comunidade escolar quanto às políticas de ações afirmativas
36.	Criar dispositivos para evitar o ingresso de estudantes com ensino médio completo em cursos integrados ou concomitantes
37.	Criar e implantar uma agenda de estudos individual para estudantes
38.	Criar estratégias de publicidade da educação profissional e sua importância
39.	Criar uma política de divulgação institucional que envolva a realização de eventos
40.	Dar atendimento domiciliar, quando comprovado
41.	Definir ações sistemáticas de intervenção imediata com articulação com a família e, se necessário, com a rede de proteção à criança e ao adolescente (Conselho Tutelar)
42.	Desenvolver ações de conscientização da importância da qualificação para ascensão profissional
43.	Desenvolver ações de inovação tecnológica, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo
44.	Desenvolver ações de maior envolvimento com o estudante para detecção do nível socioeconômico e da realidade concreta
45.	Desenvolver ações para ampliar a consciência política do corpo discente
46.	Desenvolver ações que ajudem o estudante a identificar o valor e a utilidade do estudo em sua vida por meio de atividades ligadas ao seu cotidiano
47.	Desenvolver ações sistematizadas de suporte à aprendizagem, tais como: monitoria, curso de nivelamento, tutoria, grupos de estudo, educação tutorial, aulas de reforço e recuperação paralela
48.	Desenvolver atividades e ações de conscientização do estudante sobre a importância e aceitação dos egressos dos cursos pelo mercado de trabalho
49.	Desenvolver atividades e ações de conscientização do estudante sobre a importância de incluir o estudo na rotina diária
50.	Desenvolver instrumentos de avaliação e diagnóstico que subsidiem as ações e programas que contribuem com a redução da evasão e retenção
51.	Desenvolver ou aprimorar um sistema de acompanhamento da frequência dos estudantes, por meio dos docentes, da coordenação do curso e da equipe técnica pedagógica
52.	Desenvolver plano de estudos personalizado para estudantes em situação de retenção, segundo as possibilidades da instituição e de cada estudante
53.	Desenvolver política de aquisição e manutenção de acervo bibliográfico
54.	Detalhar o curso no manual do candidato
55.	Diagnosticar as causas e os motivos do desinteresse e desmotivação do estudante
56.	Disponibilizar, nos sítio institucional, informações gerais acerca do curso
57.	Divulgar ampla e permanentemente a instituição, o processo seletivo, o curso, o perfil profissional de conclusão e a profissão junto à sociedade (em escolas, associações, empresas e sindicatos por meio de vídeos institucionais, mostra virtual, catálogo de cursos, palestras, feiras etc.)
58.	Divulgar as possibilidades de atuação do profissional
59.	Divulgar informações sobre programas de apoio aos estudantes
60.	Divulgar os processos seletivos em veículos de ampla cobertura
61.	Documentar atrasos e ausências de docentes
62.	Elaborar e executar projetos de extensão com envolvimento da comunidade estudantil
63.	Elaborar e implantar políticas de manutenção de equipamentos de laboratório e de multimeios didáticos

Nº	Ações de Intervenção
64.	Encaminhar e incentivar a participação dos estudantes em monitorias, tutorias, grupos de estudo, aulas de reforço e atendimentos individualizados e outras ações de desenvolvimento cognitivo
65.	Encaminhar o estudante para o serviço de saúde
66.	Encaminhar, automaticamente, os estudantes para atividades de reforço escolar, a partir do desempenho no processo seletivo
67.	Estabelecer contatos periódicos com os estudantes com excesso de faltas
68.	Estabelecer normas institucionais que facilitem a mobilidade acadêmica
69.	Estabelecer parcerias entre a instituição de ensino e as demais instituições da sociedade civil (empresariais, culturais, políticas, sociais) para divulgação dos cursos e sua importância para o desenvolvimento local e regional
70.	Estimular o compromisso do estudante no acompanhamento do curso
71.	Estreitar a articulação entre a gestão administrativa e a assistência estudantil
72.	Estruturar as coordenações de curso para atender e acompanhar os estudantes
73.	Estruturar laboratórios para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão
74.	Estruturar observatórios do mundo do trabalho, com vistas à articulação e divulgação de oportunidades de trabalho e emprego
75.	Fazer a equiparação curricular de maneira a permitir a validação e a adaptação de componentes curriculares de estudantes em mobilidade estudantil ou transferido
76.	Fazer contato com estudantes evadidos para identificar e registrar os motivos da evasão
77.	Flexibilizar a realização de prática profissional ao longo do curso, considerando estágios, projetos de pesquisa, projetos de extensão, projetos integradores, visitas técnicas, dentre outros
78.	Fornecer atendimento individual aos estudantes
79.	Fornecer bolsa auxílio, bolsa de estudo, bolsa de trabalho e estágio remunerado
80.	Fornecer orientação profissional
81.	Fornecer orientação psicopedagógica por meio do acompanhamento aos discentes, assistência estudantil, aconselhamento, incentivo e apoio para permanência e conclusão do curso com êxito
82.	Fortalecer as ações vinculadas a programas de financiamento extraordinário com bolsas para estudantes
83.	Fortalecer as atividades práticas nos cursos
84.	Garantir a regularidade e a agilidade do repasse dos recursos às unidades de ensino, em particular os destinados à assistência estudantil
85.	Garantir o funcionamento dos setores com atendimento aos estudantes em todos os turnos de aulas da unidade de ensino
86.	Garantir uma comunicação efetiva com os estudantes a respeito do andamento de processos de greve e de retorno às aulas
87.	Identificar os motivos de falta de assiduidade e pontualidade do estudante por meio do contato com o estudante e com a família
88.	Implantar laboratórios de aprendizagem e laboratórios didático-pedagógicos
89.	Implementar ações institucionais para superação da histórica desvalorização da educação profissional e superação do dualismo trabalho braçal e trabalho intelectual
90.	Implementar cursos de formação de gestores em gestão educacional
91.	Implementar o suporte alimentar e residencial/moradia estudantil para estudantes oriundos de regiões afastadas da unidade de ensino
92.	Implementar ou ampliar a concessão de benefícios da política de assistência estudantil que contemplem as especificidades dos estudantes

Nº	Ações de Intervenção
93.	Implementar ou ampliar ações de formação continuada e programas de qualificação didático-pedagógica para os docentes, em particular para os ingressantes
94.	Implementar ou ampliar as ações de orientação sobre métodos de estudo
95.	Implementar ou ampliar os programas de monitoria em horários adaptados à realidade dos estudantes e às dificuldades de aprendizagem
96.	Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes
97.	Implementar programa similar à bolsa permanência para os estudantes dos demais cursos
98.	Implementar programas de recepção, acolhimento, integração e orientação ao estudante ingressante
99.	Incentivar a participação mais efetiva da família no contexto escolar
100.	Incentivar a participação no programa de bolsas de assistência estudantil
101.	Incentivar a realização de estágios curriculares e extracurriculares
102.	Incentivar o serviço público e privado para criação de vagas destinadas a egressos dos cursos
103.	Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares
104.	Incluir nos editais de concurso para professor mecanismos para fixação dos docentes, em especial nas instituições que estão distantes dos grandes centros urbanos
105.	Informar ao estudante evadido sobre as possibilidades de retorno à instituição (busca ativa)
106.	Informar sobre as possibilidades de inserção profissional no setor produtivo
107.	Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula
108.	Institucionalizar reuniões de gestão para integração com instituições parceiras
109.	Institucionalizar reuniões pedagógicas/andragógicas periódicas para integração entre a formação geral e a formação profissional
110.	Instituir campanhas de valorização dos cursos
111.	Instituir programas de estímulo à fixação de servidores em <i>campus</i> distantes dos grandes centros urbanos
112.	Instituir, apoiar e fortalecer a associação de pais
113.	Intensificar a divulgação de informações sobre oportunidades de estágio e de trabalho
114.	Investir em infraestrutura para atendimento do programa de merenda escolar
115.	Limitar a quantidade de atividades extraclasse
116.	Melhorar a comunicação interna de forma a minimizar os conflitos entre os servidores e os setores da instituição
117.	Melhorar as condições de trabalho dos servidores
118.	Melhorar as instalações físicas da unidade de ensino
119.	Melhorar o espaço interno de convivência dos estudantes com áreas de lazer, estudo, complexo esportivo, restaurante e moradia estudantil, acesso a rede lógica com qualidade
120.	Melhorar os espaços de estudo destinados aos estudantes
121.	Modernizar o(s) sistema(s) de registro acadêmico possibilitando a organização de cursos estruturados em experiências pedagógicas diversificadas
122.	Monitorar o desempenho dos estudantes e turmas por meio da frequência e do desempenho acadêmico
123.	Oferecer apoio didático por meio das TIC
124.	Oferecer oficinas e cursos FIC de preparação para os cursos
125.	Ofertar auxílio creche
126.	Ofertar componente curricular complementar ou atividades extracurriculares para desenvolver o raciocínio lógico

Nº	Ações de Intervenção
127.	Ofertar cursos com horário e turno compatíveis com a demanda e disponibilidade dos estudantes, em particular os trabalhadores
128.	Ofertar ou ampliar a concessão de auxílio transporte
129.	Ofertar transporte escolar
130.	Oportunizar a transferência dos estudantes com identificada incompatibilidade vocacional para outro curso ofertado pela unidade de ensino para continuidade de estudos
131.	Organizar currículo que permita maior autonomia ao estudante e oportunidades de reforço e especialização
132.	Orientar o estudante para criar uma rotina diária de estudos com gestão de tempo
133.	Orientar sobre organização e técnicas de estudos, em especial para os estudantes ingressantes
134.	Parametrizar as matrizes curriculares dos cursos dentro da instituição para facilitar a mobilidade acadêmica
135.	Prever sistema de comunicação com os pais, em especial aqueles que não têm como comparecer à escola
136.	Prever, nos regulamentos internos, que as alterações de matriz curricular só ocorram após cumprimento de um ciclo, salvo questões legais
137.	Programar e ministrar aulas diversificadas que relacionem os conteúdos estudados com o cotidiano do estudante, dando significado ao processo de ensino e aprendizagem
138.	Promover ações para motivação dos estudantes
139.	Promover ações para motivação dos professores
140.	Promover espaços de diálogos e ações sobre os temas próprios da adolescência para a comunidade escolar
141.	Promover estratégias de aprendizagem que priorizem atividades no horário da aula para os cursos destinados ao público trabalhador
142.	Promover orientações de estudos para melhor desempenho acadêmico por meio de um plano de estudos personalizado
143.	Promover orientações pedagógicas aos docentes
144.	Promover palestras, sobre motivação, apresentando história de superação por meio dos estudos
145.	Propiciar a participação dos discentes na definição do calendário acadêmico
146.	Prover formas de interação do estudante com o mundo do trabalho
147.	Prover sistema automatizado de gestão acadêmica para acompanhamento da frequência dos estudantes
148.	Realizar a recuperação paralela efetiva
149.	Realizar ações que fortaleçam os laços e a comunicação entre a família e a escola
150.	Realizar conselhos de classe periodicamente
151.	Realizar diagnóstico para identificar possíveis dificuldades dos estudantes no início dos componentes curriculares e propor as ações de intervenção pedagógica/andragógica pertinentes
152.	Realizar diagnóstico para identificar possíveis problemas pessoais e familiares e dar os devidos encaminhamentos (biopsicossocial e pedagógico)
153.	Realizar escuta pedagógica para apurar a falta de interesse do estudante pelo curso
154.	Realizar estudo/caracterização sobre o desenvolvimento e as demandas produtivas regionais para planejamento adequado da instituição para oferta de cursos
155.	Realizar fóruns institucionais para discutir os projetos pedagógicos e os problemas inerentes aos cursos
156.	Realizar o diálogo com as empresas contratantes de estagiários visando conciliar os horários de trabalho com os horários do curso
157.	Realizar o planejamento da contratação de profissionais especializados para o desenvolvimento dos programas de merenda escolar

Nº	Ações de Intervenção
158.	Realizar o planejamento da contratação de servidores docentes
159.	Realizar o planejamento da contratação de servidores para agilizar os processos administrativos de pagamento e de assistência estudantil
160.	Realizar o planejamento para contratação de servidores técnico-administrativos
161.	Realizar oficina de aprendizado e ensino para os componentes curriculares em que os estudantes apresentam dificuldades
162.	Realizar parceria com os municípios e encaminhar os estudantes para as redes de serviços (saúde e assistência social)
163.	Realizar processos seletivos que atendam às especificidades do curso
164.	Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos
165.	Reformular o currículo para adequar ao perfil do egresso
166.	Reformular os regulamentos de prática profissional
167.	Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos
168.	Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos oferecendo um plano de estudos personalizado segundo as possibilidades da instituição e de cada estudante
169.	Rever a política de ingresso e os procedimentos de seleção da instituição
170.	Rever as práticas de ensino
171.	Rever o projeto pedagógico de curso para adequar as metodologias de ensino e as matrizes curriculares ao mundo do trabalho
172.	Rever ou atualizar os procedimentos de avaliação para que seja contínua e em conformidade com uma proposta pedagógica emancipatória, com a prevalência dos critérios qualitativos sobre os quantitativos
173.	Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais
174.	Revisar o perfil profissional de conclusão do curso com alinhamento às perspectivas da área profissional
175.	Revisar os projetos pedagógicos de curso para adequar a prática profissional ao perfil do egresso
176.	Revisar periodicamente os projetos pedagógicos dos cursos e sua adequação ao projeto político-pedagógico institucional, plano de desenvolvimento institucional e regulamentações pedagógicas
177.	Sensibilizar a comunidade acadêmica para o enfrentamento da evasão e retenção
178.	Sensibilizar o estudante sobre a importância da pontualidade como um dos fatores para o sucesso escolar e profissional
179.	Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho
180.	Sensibilizar os docentes em relação ao foco para a prática profissional nos planos de ensino
181.	Sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso
182.	Sensibilizar os docentes sobre a importância da pontualidade e da assiduidade como um dos fatores para a motivação dos estudantes
183.	Trabalhar a relação docente-estudante, com o objetivo de melhorar o diálogo e ampliar os espaços em que os estudantes possam sugerir práticas escolares mais eficientes para o seu aprendizado
184.	Trabalhar técnicas de estudo e pesquisa com os estudantes
185.	Utilizar 20% da carga horária em atividades não presenciais para otimização da duração do curso
186.	Utilizar a pedagogia da alternância
187.	Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares
188.	Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes

Nº	Ações de Intervenção
189.	Verificar junto ao estudante e à família as razões da mudança de interesse em relação ao curso
190.	Vincular e adequar a oferta de cursos às especificidades e demandas locais